

Carlos Guilherme Mota

Professor titular de História Contemporânea da FFLCH-USP, de História da Cultura na FAU da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ex-diretor (fundador) e professor honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP. Autor, entre outros, da obra: *Ideologia da cultura brasileira* (Ed. Ática)

d

A CIDADE
IBERO-AMERICANA:
TEMAS, PROBLEMAS,
HISTORIOGRAFIA

Abertura do semestre letivo da área de concentração em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Como em todos os semestres desde sua criação, a área de concentração em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo promoveu, em 29/3/2005, um evento de abertura do semestre letivo. A programação do mesmo incluiu duas partes:

- Uma palestra do professor Carlos Guilherme Motta, professor titular (aposentado) de História Contemporânea da FFLCH-USP, professor de História das Idéias Contemporâneas no pós-doutorado do Instituto de Estudos Avançados da USP e professor titular de História da Cultura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, intitulada "Historiografia das Cidades Latino-Americanas," seguida de debate; e

- o lançamento do livro *Desenhando a cidade do século XX* (São Paulo/São Carlos, RiMa/Fapesp, 2005), uma coletânea de artigos produzidos por pós-graduandos da FAUUSP, organizada pela professora Maria Lucia Caira Gitahy, coordenadora da área.

O evento foi aberto pela professora Maria Cristina Silva Leme, presidente da Comissão de Pós-Graduação da FAUUSP, a qual afirmou sua satisfação por "*iniciar um evento que também marcava o início de sua gestão*" e ressaltou a importância do mesmo, afirmando ser "*desejável que as áreas de concentração promovam o debate intelectual, registrando a produção de seus docentes e discentes.*" Segue-se a palestra do professor Carlos Guilherme Mota.

Maria Lucia Caira Gitahy

Professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.

Sinto-me muito honrado com o convite para a conferência de abertura de semestre da pós-graduação aqui na FAUUSP, que é também a minha casa. E isso se torna para mim mais importante neste momento de banalização que a instituição universitária está vivendo no país. Também é o caso da historiografia, em que se “descobrem” novos objetos e firmam-se novos “paradigmas”... que, aliás, os clássicos já descobriram há tempos. E agora viceja uma historiografia de entretenimento, em uma conjuntura na qual a nação demanda uma historiografia mais densa e engajada.

Vamos logo ao tema, porém perguntando: cidades latino-americanas ou cidades ibero-americanas?

Responderei problematizando. Pois não é possível tratar de tema tão vasto em uma conferência, sobretudo, dada a qualidade de tantos historiadores, críticos da cultura, arquitetos, urbanistas, planejadores que, nesse campo, vêm se debruçando ao longo de anos. Então não vou me arriscar, mas citar só um nome, sempre minha referência, o professor Nestor Goulart, figura que desde cedo nos marcou muito. (Preciso lembrar que esses mestres da FAU nos ensinaram, desde os anos 60, a nós, lá da História da FFLCH, a fazer história urbana também, e a pensar a arquitetura e a cultura, como o professor Artigas. Julinho Katinsky, por exemplo, vinha com questões de historiografia, fazendo perguntas sobre o modo de produção colonial. Com aquele marxismo peculiar dele, propunha questões impertinentes para nosso marxismo caseiro – ou aquilo que imaginávamos que fosse. Depois, lendo Hobsbawm e Florestan, reavaliamos todas essas questões... Foi muito interessante).

Nosso tema, eu o considere muito vasto, mas ainda assim queria ampliá-lo. Ao invés da cidade latino-americana, por que não a **cidade ibero-americana**? E aí vou anunciar um projeto que está sendo levado lá na rua Itambé, no Mackenzie, onde tenho o prazer de estar trabalhando agora, em uma equipe de arquitetos e urbanistas de mérito na pós-graduação e na graduação. Vou falar baseado em anotações preliminares a esse projeto, que é um projeto chamado “A Cidade Ibero-Americana”, em associação com o Centro de Estudios Brasileños da Universidad de Salamanca (cujo CD-ROM,

com as várias comunicações, ofereço à Comissão de Pós-Graduação da FAU). São tomados o espaço urbano brasileiro e hispano-americano em perspectiva comparada. Claro, existe Portugal pelo meio, e estamos ampliando os estudos comparativos, que é fundamental.

O tema é extremamente complexo e estamos cientes da existência de uma bibliografia vastíssima, de Ramón Gutierrez a Hardoy. O Hardoy teve o privilégio de conhecer aqui nesta casa com Nestor Goulart e Rebeca Scherer. E descobri nele uma figura fundamental, embora desconhecido em nossa bibliografia.

Dada sua amplitude, a problemática da cidade ibero-americana só pode ser tratada adequadamente com equipe articulada, que talvez possamos começar a esboçar hoje, de maneira mais sistemática, retomando a utopia hardoyana, que é também a do Richard Morse e a de Nestor Goulart. Uma constelação intelectual deveras importante, e isso constatei em Washington, em uma homenagem ao Morse, quando ele fez 70 anos, em 1992. Foi quando estive mais tempo com o Hardoy. Nestor não pôde ir, mas estavam lá o Morse, o Antônio Cândido, Beatriz Sarlo, o Dain Borge, uma turma interessantíssima. Nestor mandou um texto o qual lemos, e quando houve o começo do debate, ficou clara a cumplicidade que havia entre eles, Hardoy, Nestor, Morse e, ausente, o chileno Richard Schaedel. Então percebi que havia essa constelação que jamais tínhamos estudado, não entrando, desse modo, na bibliografia. E pude vislumbrar uma coisa fantástica: que eles têm um mapeamento e um esboço de historiografia das cidades, com estudos comparados, cartografia, monografias, etc. Hoje, relendo o Nestor Goulart e alguns outros, percebe-se que polarizava excelente trabalho coletivo aqui na FAU, genérico, embora ele o faça por vezes individualmente, mas sempre na base de uma conversação. A marca de um grupo-geração que talvez tenhamos perdido, embora haja alguns jovens, como Ricardo Medrano e Hugo Segawa, os quais tetam recuperá-la.

Vale a pena estudar essa constelação ilustre, os *founding fathers* dessa historiografia da urbanização. Esse o primeiro ponto de minha reflexão. Até porque nossas duas escolas (USP e Mackenzie) têm quadros sim, aqui e lá, para armarmos uma bela linhagem de estudos sobre

esta vaga América Latina, ou esta possível Cidade ibero-americana, de fato abstrações enormes, densas... Afinal, como é que você vai comparar Salamanca ou Valladolid com Ribeirão Preto? Como você mapeia todo esse mundo urbano, aplicando os velhos conceitos de *matrizes de formação urbana*, de São Francisco, Monterey e Havana a Curitiba e Mendoza?

Tenho a percepção da importância, mas sobretudo da complexidade do tema. Porque precisamos **uma visão de conjunto referencial** e temos de aprofundar o trabalho comparativo de forma sistemática. Nesse sentido, esta apresentação genérica tem deveras um caráter preliminar, apesar de estar ciente que tantos estudiosos já vêm tratando dessa temática, como o já mencionado Ramón Gutierrez, ou José Luís Romero, o autor do notável *América Latina. As cidades e as idéias*, um livro obrigatório.

Eis um desafio para o trabalho coletivo, até porque não tenho notícia de obra que tenha sistematizado o assunto. Há trabalhos clássicos importantíssimos, como o do citado livro de José Luís Romero, só recentemente traduzido para o português. Mais fragmentária, você encontra alguma história das cidades espanholas, portuguesas, brasileiras, em registros como “urbanização européia”, ou essa coisa genérica chamada “mundo latino-americano”, ou “mundo luso-brasileiro”.

NOVA MOLDURA PARA A PESQUISA

A reorganização mundial, como se está desenhando, demanda uma nova moldura: não abandonemos a noção de América Latina, sobretudo nesse momento em que está havendo o processo de demolição, massificação desordenada, em que a expressão “latino-americanização das cidades” tornou-se pejorativa. Correto. Mas aí surge a necessidade de atualizarmos conceitos mais eficazes, em especial o de “cidade ibero-americana”, moldura, estrategicamente, mais interessante para trabalharmos em projetos coletivos.

Quanto à questão da mundialização, como se diz na Europa, ou da globalização, ou da economia-mundo, pouco importa a expressão, o fato é que, nesses quadros da nova ordem internacional, urge repensar o mundo de Richard Morse retratado no **Espelho de Próspero**, em que revaloriza o “mundo

ibero-americano”. Talvez a tarefa hoje politicamente mais importante, para a crítica, para a história, para a literatura contemporânea.

Se usarmos uma moldura ibero-americana, podemos incluir em nosso mundo cidades como Miami, São Francisco, Los Angeles, porque vamos ampliando horizontes pela via civilizacional. Há algo de morseano nessa perspectiva e, mais, um pouco florestânico (lembrando Florestan Fernandes). Seria retomar uma linhagem ou linhagens maiores de pensamento as quais nos foram legadas. Dramático é o fato de termos abandonado aquela idéia profunda das civilizações, como operavam Buarque, Florestan, Braudel, autor este de um livro magnífico chamado *Gramática das civilizações*, pouco lido nesta terra em que mal conseguimos vislumbrar gramáticas, muito menos pensar a gramática das civilizações do mundo ilbero-americano.

Por que não começarmos? Por exemplo, propormos um dicionário de história ibero-americana, por que não? Caso contrário, ficaremos com histórias parcelares e acabaremos aceitando a divisão político-ideológica do mundo atual, em condição sempre periférica. Afinal, e para usar um verbo caro ao Paulinho Mendes da Rocha, a reorganização mundial vem **solicitando** essa nova moldura...

UM RÓTULO PROBLEMÁTICO POR OUTRO?

Corremos, é claro, o risco de substituir um rótulo problemático, hoje, por outro, de América Latina para o mundo ibero-americano. Aventurando-nos nesse campo, o da idéia de formação histórica das cidades ibero-americanas, surgem perguntas. Afinal, quais **historicidades** estão envolvidas nessas formações históricas, plurais, das cidades? O problema se coloca porque, afinal, os conceitos de cidade, de matriz urbana, de urbanismo, de urbanização, de cultura urbana, de urbanidade, de cidadania, transitam e adensam-se nos diferentes campos da inter e da transdisciplinaridade. E a cidade, a idéia de cidade, constitui, para retomarmos um antigo clichê, a síntese de múltiplas determinações.

Proponho um roteiro preliminar. Examinemos, pelo alto:

- I. O fenômeno urbano no universo ibero-americano.
- II. A questão urbana, em perspectiva historiográfica.
- III. Para uma periodização da produção historiográfica sobre a cidade ibero-americana.
 1. Nascimento da historiografia ibero-americana e redescoberta da cidade (1929-1944).
 2. Preeminência do urbano sobre o rural (1940-1954).
 3. Consciência de “subdesenvolvimento” e sua superação. Em busca da maioridade (1954-1974).
 4. O modelo autocrático-burguês (1974-2005). Das ditaduras ao “modelo” neoliberal.
 5. Metropolização, massificação e dependência.
- IV. Conclusões.

I – O FENÔMENO URBANO NO UNIVERSO IBERO-AMERICANO

Foi o professor Nestor Goulart Reis Filho, em suas “Notas sobre a evolução dos estudos de história da urbanização e do urbanismo no Brasil”, na *Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação* (São Paulo, FAUUSP, 1999), quem observou:

“Os estudos sobre História da urbanização e do Urbanismo são recentes e adquiriram um caráter de pesquisa sistemática, no Brasil, somente nos anos 60 do século XX.”

Embora não tenha até aqui, em meus trabalhos, dedicado-me diretamente à problemática da **historiografia da urbanização**, aceitei o desafio em participar deste trabalho coletivo, pois não tenho notícia de obra, individual ou não, que já tenha sistematizado o assunto. Como se sabe, livros e estudos, alguns clássicos, além de revistas, existem sobre cidades ou regiões desse vasto **universo ibero-americano**, por vezes agrupados em categorias ou registros mais gerais, como “urbanização européia”, “mundo latino-americano”, “luso-brasileiro”, etc. Processos de urbanização da América Latina mereceram congressos, seminários, estudos comparativos coletivos os quais são mais ou menos conhecidos; mas, vale sublinhar, a moldura era, ou continua a ser, “latino-americana” e não “ibero-americana”. É de notar que isso está mudando: por exemplo, na

Espanha, em outubro de 2002, teve lugar, em Zaragoza, o X Congreso Iberoamericano de Urbanismo (“Vertebração territorial e coesão social: Território, Cidade, Infra-estruturas”), envolvendo, em atividade interdisciplinar, pesquisadores da Península Ibérica e das Américas do Sul e Central (os anteriores foram em Sevilha, Tlaxcala, Barcelona, Santiago de Cuba, Montevideu, Porto, Pamplona, Recife, etc.). O fato é que a **reorganização mundial** (a chamada globalização, em particular) vem solicitando essa nova moldura.

Se bem considerada a dimensão da tarefa, o que ora se propõe e submetemos à discussão é a elaboração de um estudo sistemático que auxilie em um preliminar **mapeamento histórico, geográfico, sociocultural e político-administrativo das cidades ibero-americanas**. Somente então se poderá elaborar, posteriormente, **análise historiográfica propriamente dita**. Estudo preliminar o qual, com o tempo, poderá vir a ter a dimensão, repita-se, de uma pequena enciclopédia.

É, portanto, na expectativa de poder contribuir, neste primeiro momento, com uma **problematização** eventualmente nova, centrada na idéia de **formação histórica das cidades**, que me aventuro neste campo. Afinal, quais **historicidades** (processos, padrões, matrizes, etc.) estão envolvidas nessa formação? Nessa perspectiva, nosso intento é o de lançar um balão-de-ensaio para a discussão. Ou seja, começar a delinear e estruturar um **conjunto de apontamentos** em que se esboçam hipóteses, informações, referências, exemplos, problemas, lacunas, que possa ser completado, criticado, ultrapassado pela reflexão coletiva dos colegas, e pelas pesquisas que, certamente, irão se suceder para a efetivação do projeto.

Nessa medida, o trabalho coletivo final deverá ter caráter basicamente – mas não exclusivamente – **historiográfico e histórico**, de balanço, incluídas as áreas do conhecimento envolvidas (literatura, geografia, etc.). Espera-se que seus desdobramentos tragam novos elementos, hipóteses e informações as quais, a longo prazo, envolvam pesquisadores correspondendo a um espectro mais amplo dos variados campos da pesquisa, da literatura, da antropologia, do direito e da sociologia à educação e à economia e à geografia, do jornalismo aos estudos de história da religião e das ideologias culturais. Pois conceitos de

cidade, matriz urbana, urbanismo, de urbanização, cultura urbana, urbanidade e de cidadania (para não falar do conceito de **historiografia**) transitam e adensam-se nos campos da inter e da transdisciplinaridade. O trabalho interdisciplinar adquire aqui seu pleno significado e legitimação.

Não se trata apenas de trazer as colaborações convergentes de diferentes tipos de profissional, mas de construirmos, em conjunto, uma óptica – ou um novo olhar – sobre o **fenômeno urbano no universo ibero-americano**. E nesse passo surgem as primeiras perguntas/hipóteses:

1. Existirá um padrão comum a permitir identificar alguma(s) especificidade(s) nos objetos focalizados?

2. Quais elementos estruturais comuns podem ser detectados em configurações urbanas tão diversas como Salamanca e São Paulo? Ou Recife, Santiago de Cuba e Coimbra? Ou Cidade do México e Barcelona? Ou Lisboa, Santos e Salvador? Ou Porto, Lima e Montevideú? Ou Évora e Ouro Preto? E em suas respectivas e crescentes “periferias”? E em suas específicas relações com o campo, com o “entorno”?

3. Em uma perspectiva de *longue durée*, como **padrões civilizatórios** distintos conduziram à construção de **sociedades civis** (conceito em si também problemático no mundo ibero-americano) que abrigam e cultivam tipos de **ethos** ou temperamentos (Morse) tão diferenciados como o portenho e o paulistano, ou o catalão, o mexicano ou cubano, visíveis na relação do cidadão com a cidade, ou nas confusões entre o público e o privado?

4. Para complicar, de quais “cidades” estamos falando, quando nos movimentamos do plano sociológico para a esfera do imaginário? Qual Cidade do México, por exemplo: a de Octavio Paz ou a de Nestor Canclini? Ou ainda: a São Paulo de Florestan Fernandes – o da *Integração do negro na sociedade de classes* – ou a de Sérgio Milliet e Alcântara Machado?

II – A QUESTÃO URBANA, EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Neste segundo item, impõe-se delimitar essa temática ibero-americana, a partir de alguns estudiosos que ofereceram contribuições significativas. O objetivo é sugerir que, para uma

breve visão de conjunto da **questão urbana**, devemos tecer a problemática tal como foi abordada por autores conhecidos como Richard Morse, José Luís Romero, Jorge Enrique Hardoy, Nestor Goulart Reis Filho, Roberto Segre, Ramón Gutierrez, José-Augusto França, Manuel Castells, Manuel Teixeira, Nestor Canclini, Flavio Vilaça, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e sobretudo Caio Prado Jr., mas também Alberto Lamego, Delgado de Carvalho, Eugenio Garcia Zarza, Arturo Almandoz Marte, Angel Vaca Lorenzo, Murilo Marx, Tulio Halperín Donghi, Aracy Amaral, Donald Pierson, Warren Dean (sobre São Paulo e Rio Claro), Carlos Lemos, Benedito Lima de Toledo, Evaldo Cabral de Mello, Lucio Costa, Milton Santos, Aziz Ab’Saber.

Observação importante: sobre a produção histórico-histórica no Brasil, deixamos de mencionar um conjunto notável de estudos surgidos nas duas ou três últimas décadas, desde Flavio Vilaça, Maria Adélia de Souza e Ermínia Maricato a Hugo Segawa, a Raquel Rolnik, Cândido Malta Campos e Antonio Carlos Robert de Moraes, Rebeca Scherer, Nabil Bonduq e Maria Cristina da Silva Leme, dentre outros, os quais serão objetos de uma análise mais sistemática que estamos desenvolvendo, a ser apresentada ulteriormente, em continuação a esta proposta.

Haveria também uma reflexão mais abrangente sobre as cidades, a ser feita neste balanço preliminar, a partir da literatura, como nos propõe Marlise Bridi. Pois se inscrevem diferentes idéias de cidade na obra dos mexicanos Carlos Fuentes ou, mais diretamente, na dos críticos Carlos Monsiváis e Antônio Cândido; ou ainda nas dos críticos e também poetas Mário de Andrade e Sérgio Milliet, duas figuras-chave para a compreensão de São Paulo, ou Carlos Drummond de Andrade, para Minas/Rio de Janeiro. Ou em estudos a partir da perspectiva que oferece a antropologia, com Roberto Da Matta. Ou da sociologia: Florestan Fernandes, por exemplo, decifrou São Paulo pelo ângulo da história sociológica, inaugurando uma nova linhagem (uma “escola”) de estudos histórico-sociológicos no fim dos anos 50, em um momento em que vicejavam os estudos sobre comunidades; nos anos 70, ele organizaria as densas coletâneas *Comunidade e sociedade*, que marcaram época.

Portanto, o caminho a ser trilhado pode ser infinito: qual a idéia de cidade nas obras de Florestan ou de Gilberto Freyre, de José Luís

Romero, ou de Octavio Paz, Drummond, Carlos Fuentes e Chico Buarque?

Mas, perguntemos antes: o que tem sido a historiografia (e a história) do urbanismo?

Aqui reside o ponto essencial de nosso estudo.

A historiografia da urbanização propriamente dita é muito tardia, tanto no Brasil como alhures. Quem notou isso, como vimos, foi o citado historiador da urbanização, Nestor Goulart, da USP. Na França, Pierre Lavedan, autor da clássica *Histoire de l'Urbanisme* (Paris, Henri Laurens, 1926), ajudou a definir o campo somente no início do século 20.

Recentemente, o historiador e professor Murilo Marx, da USP, comentou as dificuldades para se delimitar as fronteiras dessa temática, tão concreta quão fugidia. Conclusão que vale até hoje: afinal, São Paulo, a maior metrópole do mundo ibero-americano, somente nos últimos anos começa a ter uma historiografia à altura de sua complexidade. No prefácio ao livro de Paulo F. Santos, *Formação de cidades no período colonial* (RJ, Editora da UFRJ, 2001), que comentaremos adiante, nota o professor que cronistas e viajantes do período colonial não tiveram como foco o espaço urbano, mas deixaram impressões esparsas e por isso preciosas. Somente após a abertura dos portos em 1808 é que surgirá um outro tipo de observador, mais sistemático, dando alguma consistência ao assunto. No período colonial, os escritos foram produzidos em várias línguas, mas a iconografia resulta escassa: *“Gabriel Soares de Sousa, Caspar von Barlaeus, François Amédée Frézier, que compara nossos principais portos com os da América hispânica e nos brinda com magníficas imagens.”*

Após 1808, ainda cito o professor Marx, o tema ganha espaço com as missões científicas, as corografias, os estudos e desenhos sobre o povoamento do Reino Unido e do Império, e mesmo núcleos menores e mais remotos. *“Às vezes um Debret, um Rugendas, um Frond esboçam, pintam e gravam vistas e mapas”* (p. 9 do prefácio). Mas até então, como observação indireta. No Oitocentos é que a observação centrada nos próprios núcleos e o ensaio de análise se insinuam.

Para concluir: **a historiografia da urbanização propriamente dita se definirá muito tardiamente**, consolidando-se ao longo do século 20. No último quartel daquele século é que se pode constatar a existência de um corpo

de estudos, pesquisas, monografias e **histórias** significativas sobre o fenômeno urbano no Brasil e nos países da região considerada. Corpo de estudos que permite falar, por fim, de uma **historiografia**.

Nessa perspectiva é que ensaiamos aqui **esboço de periodização**, com alguma indicação de momentos, perspectivas e contextos em que o fenômeno urbano foi considerado. Há algumas questões sufocantes, explicitadas para alimentar nosso diálogo, como as seguintes:

a. Em um balanço preliminar como este, devemos incluir ou não o mundo chicano-americano? Ele faz parte do tal “mundo ibero-americano”? Note-se que aqui entramos pelos Estados Unidos a dentro, não aceitando os esquemas tradicionais de Estado-Nação. E assim alcançamos, em nosso mapeamento, São Francisco, passando pelo Texas, pelo Novo México e antes, claro, por Miami;

b. Quais os critérios para adotarmos alguns conceitos básicos, como o de espaço, de sociedade civil, de matriz urbana, centro, periferia?

c. E o “mundo que o português criou”? O fim do paradigma gilbertofreyreano, do mundo que o português criou, ruiu nos anos 70, com as revoluções em suas colônias (1974) e, na metrópole, com a Revolução dos Cravos em 1975 (ver meu estudo *Democracia e desigualdades sociais: em busca de uma memória comum*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, junho de 1991, n. 32, na abertura do 1º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, “Saber e Imaginar o Social”, coordenado pelo professor Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra).

d. A questão é: uma “cultura de fronteiras”? Como repensar **o mundo luso-afro-brasileiro** nesse reenquadramento da **Ibero-América**? Há pontos teóricos e práticos a discutir, inclusive o das proclamadas identidades. Boaventura de Sousa Santos, que presidira o 1º congresso, alertava, passados anos, para o fato de a cultura portuguesa ser uma **cultura de fronteira**:

“A fronteira confere à cultura portuguesa um enorme cosmopolitismo. Para as culturas dotadas de fortes centros, as fronteiras são pouco visíveis, e isso é a causa última de seu provincianismo. Ao contrário, o acentrismo da cultura portuguesa é o outro lado do seu cosmopolitismo, um universalismo sem universo feito da multiplicação infinita dos localismos. Tanto o centro como a

periferia têm sido impostos de fora à cultura portuguesa. Durante séculos, a cultura portuguesa sentiu-se num centro apenas porque tinha uma periferia (as suas colônias).” (in: Modernidade, identidade e cultura de fronteira, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, dezembro de 1993, n. 38, p. 34. Em nota, Boaventura cita Fernando Pessoa: “O povo português é essencialmente cosmopolita. Nunca um verdadeiro português foi português, foi sempre tudo.” A conferir).

O fato é que hoje, com novas perspectivas sobre tais processos históricos, detectam-se **formas matriciais de organização do espaço**, tanto das cidades quanto das formas de construir, habitar e pensar a própria cidade, que sugerem a existência de uma **história comum ibérica**. Seus desdobramentos na América, com o encontro de outras *civilizações* em tempos distintos, lançam novos desafios aos estudiosos das identidades, sobretudo quando se adotam métodos e técnicas inovadores da história urbana comparada.

Vale repetir: temos plena consciência que nossa proposta não é inédita, havendo a considerar com atenção algumas obras clássicas, sobretudo a do notável historiador José Luís Romero, autor de *Latinoamérica. Las ciudades y las ideas* (5 ed., Buenos Aires, Siglo Veinteuno Editores, 2001, com novo prólogo de Luis Alberto Romero). Nessa obra referencial, o historiador argentino, após apresentar o lugar da América Latina na expansão européia e o ciclo das fundações, propõe uma tipologia em que examina as “ciudades hidalgas de Indias”, as “ciudades criollas”, as cidades patricias, as cidades burguesas e as cidades massificadas. O livro, segundo Romero, é animado por uma indagação minuciosa da formação das sociedades urbanas e de suas mudanças, das culturas urbanas (diferentes dentro de cada período e de cada cidade, e diferentes dentro dela, segundo os grupos sociais em épocas de mudança intensa):

“En el fondo, quiere puntualizar cómo su desarrollo autónomo, entendiéndolo que en ese juego no sólo se elaboran las culturas y subculturas urbanas sino también las relaciones entre el mundo rural y el mundo urbano. En este último es donde las ideologías adquieren más vigor y afrontan más claramente su enfrentamiento – un juego dialéctico – con las estructuras reales.” (p. 20)

III – PARA UMA PERIODIZAÇÃO DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A CIDADE IBERO-AMERICANA

“São Paulo! Comoção da minha vida...
Galicismo a berrar nos desertos da América!”
ANDRADE, Mário de, *Paulicéia desvairada*, 1921

Destaquemos algumas possíveis características dessa historiografia variada, mas dispersa, rica, porém, muito lacunar, indicando momentos decisivos (ou “decisórios”, como diria Mário) a partir de referências, por assim dizer, obrigatórias, clássicas. Na parte final, partindo de uns poucos exemplos, daremos relevo a novas linhas de reflexão e pesquisa sobre o fenômeno urbano na região.

O objetivo aqui é o de estabelecer **pontos de partida gerais para uma periodização**. A história da historiografia é matéria complexa: os temas se transformam em objetos de estudo em contextos muito precisos, quando há desafios no presente (e temores quanto ao futuro) que demandam respostas do passado. Daí observar-se que, no processo de formação de uma historiografia, ocorrem períodos de altos e de baixos, momentos de grande efervescência seguidos de momentos de baixa, de estagnação ou silêncio.

Além disso, não basta apenas tomarmos como referência alguns poucos clássicos, como advertiu Roberto Segre, em seu fundamental *América Latina fim de milênio. Raízes e perspectivas de sua arquitetura* (SP, Studio Nobel, 1991). Assim se passa também nos campos da história da arte ou dos estilos de vida, quando – por exemplo – um tema como o barroco, ou o modernismo se tornam dominantes, concentrando quase todas as atenções. É o caso atual da temática da pós-modernidade e do desconstrucionismo. Mas como falar em desconstrucionismo quando o construcionismo não foi bem compreendido e estudado, e quando há toda uma imensa tarefa de investigação histórico-historiográfica a ser empreendida?

Outro problema é o de definir-se desde logo como deverá ser **construído** o quadro histórico geral de referências, em nosso caso muito marcado por nossa experiência urbanística paulistana. O **mundo ibero-americano** (desde que aceitemos essa moldura, ou conjunto significativo o qual, ainda segundo Boaventura

Sousa Santos, inclui, necessariamente, a dimensão africana), não custa recordar, somente adquire concretude histórica após os descobrimentos do Novo Mundo, em 1492, por Cristovão Colombo e, no Atlântico Sul, em 1500, por Pedro Álvares Cabral (ou mais provavelmente, por um dos negociadores portugueses do Tratado de Tordesilhas, o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira em 1498).

Nesse confronto de civilizações, muitas idéias e discursos sobre a organização social do espaço se produziram, algumas até no campo da utopia, como na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso* (1959). Os sistemas coloniais logo se articularam, aplicando uma política mercantilista de acumulação de capitais em centros urbanos dominantes: com efeito, o expansionismo colonialista foi uma das características de regimes do tipo **ancien régime** (entendido aqui como conceito definidor de sistemas absolutistas, colonialistas e mercantilistas, estribados em uma sociedade de Ordens ou estamentos).

Essa breve referência ao período colonial torna-se importante, de vez que parcela significativa da historiografia dedicou-se a “rever o passado colonial”, a estudar o “sentido da colonização”, a “superar a herança colonial”, ou a “resgatar” valores, modelos e estilos daquele período histórico-cultural. Nota-se que uma **historiografia tout court** se adensa a partir dos movimentos de Independência (e descolonização portuguesa que, no Brasil, alcança o período da Regência, 1831-1840, quando entramos para os quadros do neocolonialismo), em um processo que deve ser entendido como desdobramento da crise do antigo sistema colonial. É quando se fundam os Estados-Nação no Novo Mundo, e no universo ibérico suas lideranças se vêem obrigadas a redefinir-se, estruturando as redes urbanas e esboçando um início de políticas públicas.

No Brasil, no longo processo da Independência, com a decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano, dá-se a transição das **Casa grande e senzala** para os **Sobrados e mocambos**, para evocarmos as análises fundadoras de Gilberto Freyre de 1933 e 1936. Mas, no resto do mundo ibero-americano, como os fatos se passaram? Pode-se falar em paralelismo?

Algumas questões maiores permanecem irrespondidas, ou, quando muito, apenas indicadas. Dentre elas:

a. Como associar os estudos sobre os processos de urbanização aos **movimentos do capital** e às mudanças nas relações de produção?

b. Como falar em “memória comum”? Em conjunturas diferentes, o tema já foi procurado, indagado, discutido em relação a uma “identidade latino-americana”, ou na busca de uma “identidade luso-brasileira”, ou até “lusofro-brasileira”... E agora, propõe-se, atualizando-a nos quadros da globalização, uma identidade ibero-americana.

c. Existe um patrimônio comum, **matrizes urbano-culturais** comuns, **padrões civilizatórios** que possam ser detectados na **formação** das cidades e em suas atuais **conformações**?

d. E memória para quê? Qual o estado atual da questão urbana nesta região do planeta? Hoje, o que significa **cidade**? Quais os tipos de intervenção que os diferentes **estados** e as **sociedades civis** vêm adotando nesse amplo universo considerado?

e. Quais os futuros das cidades latino-americanas a médio e longo prazos? Nos quadros da globalização, essa discussão sobre novos paradigmas para se pensar a cidade revela o quê? Indica ou acena com quais futuros?

f. Florestan Fernandes, pouco antes de morrer, alertava contra o perigo de transformarmo-nos, em um futuro próximo, em uma “nova periferia” (Programa *Roda-Viva*, TV Cultura de SP, 1994). No mesmo programa, notava que a universidade brasileira se despolitizou com uma rapidez que não era previsível na década de 60; pergunta-se, então: em que medida esses estudos sobre a cidade ibero-americana ajudam a recolocar a universidade ibero-americana do lado da História?

Examinemos, então, algumas obras que permitem vislumbrar, ou mesmo sinalizar, o percurso e os rumos dos estudos e da atenção dos pesquisadores sobre a ampla **problemática da urbanização**, nesse universo considerado. Estudos dessa natureza sempre trazem a *marca do local* em que foram produzidos, não sendo de estranhar que eventual ênfase em uma ótica paulistana reponte aqui ou ali. Lancemos pois, como balão-de-ensaio, uma primeira **periodização**:

1. Nascimento da historiografia ibero-americana e redescoberta da cidade (1929-1944)

Uma nova etapa nos estudos urbanos dá-se com a crise do capitalismo ocorrida em 1929, um divisor de águas entre duas épocas. Abre-se um novo capítulo na história contemporânea, e a profundidade do fenômeno pode ser constatada nas várias dimensões da vida social e econômica. O “longo século 19” se encerra em 1929.

A intervenção do Estado, a ideologia do planejamento e novas formas de organização da sociedade se traduzem, na prática, em novas formas de criação e administração do espaço. O espaço urbano passa a ter um valor de uso mais nítido, e a verticalização assume novo sentido. Nessa perspectiva, o **binômio industrialização/urbanização** adquire a primazia nos estudos históricos, econômicos, sociológicos e urbanísticos. Os manuais traduzem essa fase de combates pela “modernização”, conceito (ou melhor, noção) dominante nos debates políticos, congressos de especialistas, seminários e programas de inovação e reforma urbana, social e política. O tema da cidade passa a integrar toda e qualquer plataforma de recuperação ou reconstrução social. “Reconstruir” é o verbo que se impõe, nas linhas do *New Deal* de Franklyn Delano Roosevelt, tão apreciado pelos jovens Luís Saia ou Vilanova Artigas. Verbo otimista dinamizado também pelo historiador e educador norte-americano John Dewey, e captado no Brasil por Anísio Teixeira.

Aquela altura, nas décadas de 20/50, “modernizar” significava combater o “atraso”, fazer vir abaixo as estruturas arcaicas que impediam o progresso e a implantação de uma sociedade liberal-democrática, em que os direitos civis se difundiriam paulatinamente (ao menos em princípio, pois sua prática nos países das Américas do Sul e Central seria muito ambígua; e na Península Ibérica, difícilíssima, devido à vitória do fascismo). Personagem emblemático dessa modernização via Estado é Celso Furtado, que lutou na Itália na Segunda Guerra e foi o primeiro ministro do Planejamento no fim dos anos 50.

É bem verdade que, nos anos a antecederem a crise de 29, muitos brasileiros e latino-americanos circularam não só pela Europa, como também – e mais do que se imagina – pelos Estados Unidos. Sérgio Milliet pela França e Suíça, Sérgio Buarque pela França, Alemanha e Itália, Lucio Costa pela Europa (nascido em Toulon, aliás), e assim por diante. Mas os Estados Unidos sideravam as mentes dos futuros

intérpretes e ideólogos da cultura brasileira, como Gilberto Freyre, o próprio Anísio, Monteiro Lobato, Viana Moog e muitos outros, os quais se antenavam nas propostas de inovações capitalistas que ajudariam na construção desse novo mundo. Tarefa penosa no caso brasileiro, dados os 300 anos de vida como colônia e 400 com regime de escravidão.

Nos subsistemas periféricos, as mudanças não se davam de forma muito diversa. Os estudos de Nestor Goulart Reis, em seu estudo sobre “Culturas e estratégias do desenvolvimento”, ao analisar o que se passava na província de São Paulo no período crucial de 1860 a 1930, no qual o trinômio imigração / industrialização / urbanização impôs seus poderosos princípios, demonstra que o grande empreendimento da época também foi, **para regiões em que o capitalismo se tornou mais ativo, a apropriação, organização e equipamento do território do Estado**. Empreendimentos de grande porte organizados com base em programas de obras públicas e privadas, sistemas complexos interdependentes, com envolvimento de múltiplos agentes sociais, programas de obras com estratégias agora bem definidas, envolvendo ampla articulação política, tudo isso implicando em investimentos públicos, concessões de serviços públicos, investimentos privados (mas já agora com o início de atuação de órgãos reguladores, limitando concessões e privilégios). Em suma, uma ação planejadora e coordenadora da participação de setores privados. Estratégias que, tornadas públicas, diz Nestor Goulart, “foram elaboradas culturalmente, como condição para sua legitimação perante os vários setores sociais” (p. 145). Embora o estudo focalize apenas o desenvolvimento rodoviário no estado de São Paulo, a tese geral parece válida e modelar para outros setores (in: *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*, org. por Helena Carvalho de Lorenzo e Wilma Peres da Costa, SP, Unesp, 1997).

Nestor Goulart Reis Filho já escrevera uma obra que se tornaria clássica, **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil. 1500-1720** (SP, Pioneira, 1968). Mais recente, no estudo “Urbanização e modernidade entre o passado e o futuro (1808-1945)”, síntese magistral que escreveu para **Viagem incompleta** (SP, Editora Senac, 2000, 2 vol., coord. de C. G. Mota), o leitor encontra uma proposta de **periodização da história da urbanização do**

Brasil, desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil até o fim da Segunda Guerra, indicando suas implicações teóricas e metodológicas. Um novo ponto de partida, modelar, para estudos comparados com os países do mundo ibero-americano.

A descoberta do “espaço brasileiro”

A temática da urbanização adquire vulto quando as classes médias urbanas obtêm consciência de sua “urbanidade”. Ou seja, quando afloram questões de higiene, precariedade de infra-estrutura (saneamento básico, circulação, transportes, habitação, etc.) e violência social. No processo de urbanização no Brasil da década de 20, avolumaram-se movimentos político-sociais no mundo do trabalho, nas fábricas, nas greves portuárias de Santos ou Rio de Janeiro. No rastilho das greves de 1917, foi paralisada a principal rede urbana no Centro-Sudeste, com foco em São Paulo, Campinas, Sorocaba, etc.

O movimento sertanejo de Antonio Conselheiro, em Canudos, chamou a atenção para o mundo rural, agreste e rústico. Os sertões idilizados pela literatura ruíram com as matérias jornalísticas sobre as campanhas militares e seus fracassos contra os jagunços: o impacto tremendo nos centros cultos do país foi ampliado pela obra clássica de Euclides da Cunha, *Os sertões*. E depois, com a Marcha da Coluna Prestes (1926), chefiada pelo tenente Luís Carlos Prestes, “o Cavaleiro da Esperança”, como denominou o escritor Jorge Amado. Surgia então, nos debates, a discutível dicotomia “urbano-rural”.

Na verdade, esses tenentes reformistas ou revolucionários eram expressão de uma nova pequena burguesia urbana. Os “tenentes” (inclusive o tenente-coronel Rondon, criador, em 1910, do Serviço de Proteção ao Indígena) mapeavam e circulavam sofregamente pelo país, o que redundará, pouco depois, em estudo e manuais do porte dos de Delgado de Carvalho, o grande fazedor de mapas e atlas, também signatário do *Manifesto dos pioneiros da educação* (1932): nosso imaginário sobre o espaço “brasileiro”, sobre o planeta, nossa inserção no mundo e na “história geral” – (expressão da época) muito devem a Delgado de Carvalho, positivista que influenciou tanto os estudos universitários quanto a Escola do Estado Maior do Exército e a rede pública de ensino. Direta ou indiretamente, aprendemos com ele a

“ler” a distribuição – o “povoamento” – das vilas e cidades no espaço brasileiro, na definição do “território nacional”.

A Revolução de 1924 foi um marco nesse processo. Revelou traços iniludíveis de novas frações de classes já urbanizadas e internacionalizadas, em contraposição aos antigos estamentos senhoriais, aliás bastante cosmopolitas. As ideologias de registro socialista, anarco-sindicalista e anarquista, assim como as fascistas ou oligárquico-conservadoras, carregavam projetos de sociedade, de cidade e de Estado que reclamavam a ação coletiva, trazendo novo colorido aos principais centros urbanos. **Centros urbanos, agora redesenhados – tardiamente – pelos modelos europeus, que iam se distanciando da matriz colonial, sem, contudo, negá-la.** Vários conceitos de cidade, de espaço urbano e de urbanidade convivem e chocam-se nessa Paulicéia Desvairada, que assistia à modernização pelo alto (a Semana de Arte Moderna é de 1922, mesmo ano da fundação do Partido Comunista, e do levante tenentista em Copacabana), e, pela base, um novo tipo de politização marcado pela **sociedade de classes** a qual se delineava nos quadros da industrialização.

Tal processo, que se esboça nas décadas de 20/30, somente se revelará em inteira grandeza mais tarde, na passagem da década de 50 para a de 60. As lutas pelas reformas de base, projetos de reforma agrária, educacional, relações de trabalho, de reforma urbana e de afirmação de uma política externa independente aprofundam o debate sobre a passagem da “consciência amena de atraso” (Antônio Cândido) à condição de país **subdesenvolvido** e, a partir desse estágio, à condição de país **desenvolvido** (ou “em vias de desenvolvimento”, no jargão da época). As obras de Paul Singer sobre urbanização e desenvolvimento no Brasil e na América Latina desse período são inaugurais.

Naquela etapa, em que conviveram e entrechocaram-se estamentos pretéritos com classes futuras (para usarmos a expressão de Karl Marx), apresentaram-se à cena histórica personagens, figuras, agentes, artistas, escritores, pintores, pianistas/compositores, historiadores, construtores, urbanistas e arquitetos muito fecundos e, muitas vezes, divididos entre os dois momentos histórico-sociais. Mário de Andrade, Lobato, Villa Lobos e Carlos Drummond são emblemáticos, bem como Sérgio Buarque, com

seu anticapitalismo de elite (como bem observou Roberto Schwarz). Definição que, aliás, serve para Lucio Costa e Oscar Niemeyer, por exemplo.

Intelectuais bifrontais, diremos nós. Divididos entre o arcaico e o moderno, entre o urbano e o rural. A esquerda, entre a democracia liberal e o socialismo; a direita, entre o liberalismo oligárquico e o Estado autoritário dos integralistas. Divididos entre o colonial e o ultramoderno, entre a cidade e as “fazendas dos Prados, Penteados e Amarais”, entre o acadêmico e o anarquista-libertário. Divididos ainda entre os sertões e as grandes capitais do mundo, nostálgicos da *Belle Époque*, mas também do futuro. Alguns cultivando gosto aristocrático pelo “popular”. Nada obstante, “há sempre uma *fazenda nas conversas*”, como ironizou Carlos Drummond de Andrade.

Esse processo tem seu clímax no fim do Estado Novo (1937-1945), quando a Segunda Guerra termina com a vitória dos aliados contra o eixo nazifascista. O padrão europeu vai cedendo lugar ao *american way of life*, mantido, porém, o denso substrato colonial e imperial.

Novas formas de pensamento se cristalizam, inclusive no campo da arquitetura e do urbanismo. Planos de modernização das principais capitais marcam os debates político-sociais. De 1922 a 1944, assiste-se a uma verdadeira ruptura de paradigmas. No depoimento de Luís Saia, um dos homens importantes na criação do SPHAN, colhido na **Plataforma da nova geração** (Porto Alegre, Globo, 1945), lemos o seguinte:

“Na literatura, nas artes plásticas e na arquitetura essa rendição à burguesia e ao seu parceiro, o capitalismo, surgem com uma sutileza que mascara de maneira assombrosamente fácil todos aqueles desprevenidos presunçosamente partidários da arte pura, dos valores eternos, se esquecendo que não existem valores eternos na arte, que não existe arte pura, mas que a arte eterna será aquela que participe de todas as impurezas, de todos os senões, de todos os erros desde que esteja a serviço da vida do homem e não vendida a um grupo ou a uma classe.” (p. 210)

A guerra ainda não estava completamente definida e ganha. Luís Saia, que se transformará em figura referencial nos estudos e na implantação do Serviço de Patrimônio Histórico, conclama os moços a alistarem-se nas tropas

antifascistas, terminando seu depoimento com estas palavras:

“Acredito também que esta geração, para se exercer no mundo, precisa conquistar sem demora pelo menos as quatro liberdades essenciais de que fala o presidente Roosevelt, além da igualdade absoluta dos direitos, sem distinção de classe, crença, origem, côr e idéias.” (p. 213)

Inflexão importante, por revelar o tom geral que marcará o universo ideológico da crítica das artes, da arquitetura, do serviço de patrimônio histórico e artístico, do urbanismo. O tom geral é à esquerda, mas bastante impregnado pelas vanguardas norte-americanas, além das européias. De Vilanova Artigas à criação dos museus de Arte Moderna, o registro é esse.

Revolução de paradigmas: Freyre, Buarque e Caio Prado

No contexto da grande crise de 1929 e das revoluções de 1930-32, surgem três obras fundamentais que mudarão, radicalmente, as concepções de cultura, sociedade, cidade e de processo civilizatório vigentes no Brasil. São as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, três *founding-fathers* da moderna historiografia brasileira. Tiveram suas obras traduzidas em vários idiomas e mereceram a atenção e crítica dos principais cientistas sociais do século 20, como Febvre, Braudel e Boxer.

Freyre: civilização mais estável que na América Hispânica

A primeira e mais retumbante foi a de Gilberto Freyre, que se tornou a estrela mais brilhante da maior constelação intelectual e política do século 20 brasileiro. Sua obra *Casa grande & senzala* (1933), de cunho histórico-sociológico e antropológico, ao revelar as entranhas da sociedade patriarcal, indagando, ao mesmo tempo, das razões do atraso e da precariedade do Brasil do século 20, trouxe uma nova perspectiva para se pensar o Brasil. Fundamentais suas observações sobre espaço, habitação, costumes. Ao combater as interpretações racistas e autoritárias de direita de um Oliveira Vianna e, à esquerda, a visão simplificadora de um Astrojildo Pereira, Gilberto cria um espaço teórico próprio, um novo conceito de cultura brasileira, tendo como pedra-de-toque a miscigenação e a “estabilização” de um padrão

civilizatório centrado na casa grande do Nordeste. Suas primeiras observações e inspirações têm como base a hibridização de raças na Península Ibérica, que ele entende como um *continuum* geocultural da África. Seu primeiro laboratório, dizia ele, fora a Espanha. E começam aí suas teorizações sobre a “formação brasileira” (a expressão é dele) cunhada por esse patriarcalismo escravista:

“Em contraste com o nomadismo aventureiro dos bandeirantes – em sua maioria mestiços de brancos com índios – os senhores das casas grandes representaram na formação brasileira a tendência mais caracteristicamente portuguesa, isto é, pé-de-boi, no sentido de estabilidade patriarcal. Estabilidade apoiada no açúcar (engenho) e no negro (senzala). Não que estejamos a sugerir uma interpretação étnica da formação brasileira ao lado da econômica. Apenas acrescentando a um sentido puramente material marxista, dos fatos, ou antes, das tendências, um sentido psicológico. Ou psicofisiológico.” (p. XLV do Prefácio na 1. edição)

E prossegue, em uma formulação que daria início a toda uma linhagem de interpretação de Brasil e de “cultura brasileira” (noção que se cristaliza nessa época), moderna e integradora:

“A verdade é que em torno dos senhores de engenho criou-se o tipo de civilização mais estável que na América hispânica; e esse tipo de civilização ilustra-o a arquitetura gorda, horizontal, das casas grandes. Cozinhas enormes; vastas salas de jantar; numerosos quartos para filhos e hóspedes; capela; puxadas para acomodação de filhos casados; camarinhas no centro para reclusão quase monástica das filhas solteiras; gineceu; copiar; senzala. O estilo das casas grandes – estilo no sentido spengleriano – pode ter sido de empréstimo; sua arquitetura, porém, foi honesta e autêntica. Brasileirinha da silva. Teve alma. Foi expressão sincera das necessidades dos interesses, do largo ritmo da vida patriarcal que os proventos do açúcar e o trabalho eficiente dos negros tornaram possível.” (p. XLVI, do Prefácio na 1. edição)

Uma leitura atenta da obra de Freyre permite também se conhecerem outras presenças culturais, como a dos maometanos na Península Hispânica, na organização do espaço e da vida social no Novo Mundo. Em 1933, o sociólogo-historiador apresenta teses heterodoxas, com

frases de efeito retumbante as quais alvoroçaram os círculos letrados, como por exemplo:

“Colonizou o Brasil uma nação de homens mal nutridos.” (p. 325)

Ou ainda:

“Não é pelo estudo do português moderno, já tão manchado de podre, que se consegue uma idéia equilibrada e exata do colonizador do Brasil – o português de Quinhentos e Seiscentos, ainda verde de energia, o caráter amolengado por um século, apenas, de corrupção e decadência.” (p. 264)

Em uma época em que a tendência era a de separar e diferenciar o mundo português (do comércio) do mundo espanhol (de vida agrícola), Freyre – ele adorava citações e provocar polêmica – utiliza-se de tese do professor Fidelino de Figueiredo, para mostrar que foram as igualdades e não as diferenças econômicas a separarem Portugal da Espanha (ver *Casa grande & Senzala*, p. 334-335).

Qual a importância de Freyre para os estudos da história da cultura? Primeiro, no fato de ter ele polarizado a constelação de intelectuais “explicadores do Brasil” os quais formularam e expressaram, nos diversos campos, uma nova compreensão do que somos e nosso lugar no mundo. Dentre eles, José Américo, Luís da Câmara Cascudo, José Lins do Rego, Rodrigo de Mello Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Villa Lobos, Manuel Bandeira, Lucio Costa, Niemeyer, Cícero Dias... Segundo, ter sido o primeiro a estudar, em perspectiva interdisciplinar, as formas da vida social com ênfase na **habitação** (da casa grande ao sobrado), nos contornos do público e do privado e, não menos importante, na intimidade dos costumes. Um historiador das mentalidades, o qual o tempo cristalizaria como o principal ideólogo da “cultura brasileira” (ver minha crítica em *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1975*. SP, Ática, 1977, prefácio de Alfredo Bosi).

As teses de Sérgio Buarque: rotina versus rigor

Vamos ao ponto. Abrindo uma polêmica que chega a nossos dias, Sérgio Buarque de Holanda pontificava em seu livro *Raízes do Brasil*, em 1936:

“Comparado aos castelhanos em suas conquistas, o esforço dos portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu

caráter de exploração comercial, repetindo assim o exemplo da colonização da Antigüidade, sobretudo da fenícia e da grega; os castelhanos, ao contrário, querem fazer do país coupado um prolongamento orgânico do seu. Se não é tão verdadeiro dizer-se que Castela seguiu até o fim semelhante rota, o indiscutível é que ao menos a intenção e a direção inicial foram essas. O afã de fazer das novas terras mais do que simples feitorias comerciais levou os castelhanos, algumas vezes, a começar pela cúpula a construção do edifício colonial. Já em 1538, cria-se a Universidade de São Domingos. A de São Marco, em Lima, com privilégios, isenções e limitações da de Salamanca, é fundada por cédula real de 1551, vinte anos apenas depois de iniciada a conquista do Peru por Fernando Pizarro. Também de 1551 é a da cidade do México, que em 1553 inicia seus cursos.” (Ob. cit., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1971, p. 64. Prefácio de Antônio Cândido).

Ao longo de suas páginas, comparando as colonizações espanhola e portuguesa, Buarque apresenta teses que iriam nutrir uma sólida linhagem da historiografia contemporânea. Dentre suas teses, destaquem-se:

- a. “Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios.” (p. 74)
- b. “A administração portuguesa parece, em alguns pontos, relativamente mais liberal do que a das possessões espanholas.” (ibidem)
- c. “Na realidade, o exclusivismo dos castelhanos, em contraste com a relativa liberalidade dos portugueses, constitui parte obrigatória, inalienável de seus sistema. Compreende-se que, para a legislação castelhana, deve ter parecido indesejável, como prejudicial à boa disciplina dos súditos, o trato e convívio de estrangeiros em terras de tão recente conquista e de domínio tão mal assente.”
- d. Para essa liberalidade dos portugueses “também contribuiria uma aversão congênita a qualquer ordenação impessoal da existência, aversão que, entre os portugueses, não encontrava corretivo na vontade de domínio, sujeita aos meios relativamente escassos de que dispunham como nação, nem em qualquer tendência pronunciada para essa rigidez ascética a que a própria paisagem áspera de Castela já

parece convidar os seus naturais e que se resolve, não raro, na inclinação para subordinar esta vida a norma regulares e abstratas.” (p. 75)

Quanto à **questão urbana**, ainda na perspectiva comparatista, Buarque fixava opiniões que até hoje dividem o campo historiográfico:

e. **Sobre a urbanização portuguesa e espanhola** “A fantasia com que nossas cidades, comparadas às da América Espanhola, se dispunham muitas vezes as ruas ou habitações é, sem dúvida, um reflexo de tais circunstâncias [acima mencionadas]. Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-Reis, parecia estar só por acaso no seu lugar” (p. 75). O viajante era o francês L. Barbinai, autor do *Nouveau Voyage au tour du Monde* (Paris, 1729).

f. **Rotina versus razão abstrata** “É verdade que o esquema retangular não deixava de manifestar-se – no próprio Rio de Janeiro já surge um esboço – quando encontrava poucos empecilhos naturais. Seria ilusório, contudo, supor que sua presença resultasse da atração pelas formas fixas e preestabelecidas, que exprimem uma enérgica vontade construtora, quando o certo é que precedem, em sua generalidade, dos princípios racionais e estéticos de simetria que o Renascimento instaurou, inspirando-se nos ideais da Antigüidade. Seja como for, o traçado geométrico jamais pôde alcançar, entre nós, a importância que veio a ter em terras da Coroa de Castela: não raro o desenvolvimento ulterior dos centros urbanos repeliu aqui esse esquema inicial para obedecer antes às sugestões topográficas.

A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora. Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até o fim. Raros os estabelecimentos fundados por eles no Brasil, que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio, e a presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária.”

g. **Desleixo versus planejamento** “A cidade que os portugueses construíram na América não

é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra 'desleixo.' (p. 76)

Caio Prado Júnior: a história subterrânea

Mais racional, Caio Prado Júnior foi o autor a introduzir conceitos analíticos e “um método relativamente novo” (“refiro-me à interpretação materialista”, como se lê na primeira edição de *Evolução política do Brasil e outros estudos*, de 1933) para a compreensão do fenômeno urbano ao longo da colonização portuguesa. Ou seja, de uma história profunda, subterrânea, da qual “os acontecimentos não são senão um reflexo exterior” (p. 1 do prefácio na 1. edição).

Ao estudar o sentido da colonização, indica a “nenhuma importância da pequenas vilas e cidades de então” (p. 28). Focalizando o papel das Câmaras, nota que a administração municipal não se organiza em uma base urbana, diversamente do que se observa na Europa, “com as cidades libertas do jugo feudal”:

“Como as vilas, onde se constitui, nasce apenas do influxo rural. Dominam portanto nela os proprietários rurais. Nas eleições para os cargos de administração municipal vota apenas os homens bons, a nobreza, como se chamavam os proprietários. Tal privilégio é por eles ciosamente defendidos, com exclusão de toda a população propriamente urbana: mercadores, mecânicos, outros artífices, os industriais de então. O poder das Câmaras é pois o dos proprietários.” (p. 28)

Desse modo, o poder político, de fato, concentra-se “nos proprietários rurais, que o exercem através das administrações municipais” (p. 29).

Examinando as relações de produção, o regime de propriedade, as características do sistema político e da vida social, Caio inova ao analisar os acontecimentos dentro dos conjuntos significativos próprios. O “sistema colonial” foi noção que adquiriu o estatuto de conceito analítico com ele. Contra o mecanicismo das interpretações de marxistas de seu tempo, elaborou uma visão muito sofisticada da administração colonial, sobretudo em seu clássico *Formação do Brasil contemporâneo* (1943), em capítulo com esse título. Os movimentos e a estrutura do povoamento desse

indefinido território e a criação de um sistema de comunicações são por ele admiravelmente estudados. Sem incorrer no equívoco de aplicar conceitos adequados para a história européia, Caio detecta e esmiúça especificidades deste tipo de formação econômico-social. Estrutura, funcionamento e evolução são conceitos com os quais opera, para definir o sentido geral de “nossa formação”, considerada a constituição de núcleos que polarizam ao longo do período as diversas economias: do açúcar e algodão, do cacau e pecuária à mineração, ao índigo e ao charque. Mas será do exame das “contradições profundas do sistema colonial” que o historiador retirará a explicação que conduz à emancipação dessa sub-região (ver p. 372 e 375 da edição: SP, Brasiliense/ Publifolha, 2000).

Inaugurais são também suas análises contidas em “A cidade de São Paulo. Geografia e história. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo”, e “Contribuição para a geografia urbana da Cidade de São Paulo”, incluídas no livro *Evolução política e outros estudos*, de 1933, já citado.

Esses trabalhos de Caio Prado constituiriam um divisor de águas nos estudos urbanos, com forte angulação geohistórica. Uma análise detida de obras de autores como Manuel Correia de Andrade, Paul Singer, Florestan Fernandes ou Nestor Goulart Reis, ou de intervenções e escritos de Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha, permitem verificar as dívidas intelectuais e políticas para com o historiador paulistano.

2. Preeminência do urbano sobre o rural (1940/1954)

Até o fim da década de 40, o Brasil permanecia um país agroexportador, o café constituindo sua economia mais rendosa. Mas já nos anos 40, o processo de industrialização acelerada, crescimento da concentração urbana e de êxodo rural, trouxe para a linha de frente investigadores preocupados com os cenários da história do Brasil e da América do Sul. Rio de Janeiro, Buenos Aires, São Paulo, Cidade do México, Montevidéu, Santiago do Chile, Lima, Bogotá, Caracas e Havana se tornaram objetos de indagação. Duas capitais se rivalizavam nesse panorama: Rio e Buenos Aires; e, no fim dos anos 60, São Paulo e Cidade do México, já despontando como duas das maiores metrópoles do planeta. São Paulo, já considerada a

“Manchester do Hemisfério Sul”, a “Chicago brasileira”.

Nessa época, dois temas avultam nos horizontes da pesquisa. Primeiro, o da resistência às mudanças. Descobre-se o mundo rural, seus impedimentos, seu arcaísmo. Muitos estudos irão mostrar quão rústico era esse universo (apesar do hino ao sertanejo, “antes de tudo um forte”, entoado por Euclides, respondido em 1956 por Guimarães Rosa, em *Grande sertão: Veredas*): universo que estava mais para Graciliano Ramos do que para Alcântara Machado. Marcado pelo “feudalismo” dos coronéis latifundiários, o sistema – abalado embora pelas revoluções de 30/32 – resiste na economia, na política e nas mentalidades a inovações que se impuseram após a Segunda Guerra, quando frações de elites brasileiras se descobrem “atrasadas” em relação ao mundo urbano-industrial. Em coro, todos fazem essa reclamação: Gilberto, Sérgio Milliet, Lucio Costa, Josué de Castro, Nestor Duarte...

A Universidade de São Paulo, criada em 1934, trouxe muitos pesquisadores e professores do mundo todo. Mais celebrados são os franceses, com Lévy-Strauss, Fernand Braudel, Pierre Deffontaine e Pierre Monbeig à frente. Para o tema que nos interessa, Monbeig foi o mais importante como professor, tendo influenciado estudantes da nova geração, como Aziz Ab’Saber, Pasquale Petrone, José de Araújo Filho e, em Pernambuco, Manuel Correia de Andrade, adestrando-os em pesquisa de campo. Suas obras *Pioneiros e plantadores*, de 1952, e *La croissance de la Ville de São Paulo* (Grenoble, Institut et Revue de Géographie Alpine, 1953) condensam anos de trabalho entre nós.

Mas o tema das cidades já comparecera na obra de Fernando de Azevedo, um dos criadores da USP e signatário do *Manifesto dos pioneiros da educação nova* (1932). Em 1943, publicava ele seu volumoso *A cultura brasileira*, sob os auspícios do IBGE, com várias reedições e ampliações, e uma explícita adesão às teses centrais de Freyre. Saindo da visão agrarizante, no capítulo “As formações urbanas” Azevedo sistematiza o assunto, entendendo as **cidades** como “focos de progresso e de civilização”...

Também a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) se empenhara no sentido da modernização e ativação dos estudos no campo das ciências humanas. A pesquisa histórica já vinha se beneficiando com pesquisas, como as de Sérgio Milliet (*Roteiro do café*, 1938, um

mapeamento do percurso dessa economia no Vale do Paraíba, do Rio a São Paulo), e de Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil* (1938). Nessa escola, marcada pela presença de Herbert Baldus, Curt Nimuendaju e Charles Wagley (este, um norte-americano de esquerda), formaram-se Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e, do mesmo grupo geração, o antropólogo Eduardo Galvão, o autor de *Encontro de sociedades. Índios e brancos no Brasil* (estudos dos anos 50-60).

Construía-se um passado novo; nas fronteiras, integravam-se os grupos ameríndios, muitos deles completamente desconhecidos, inclusive em suas formas de habitar e organizar o espaço das “comunidades” (termo emprestado da antropologia e da etnografia). E, mais concretamente, estudavam-se comunidades urbanas. O viver em cidades, de pequeno ou grande porte.

Nesse quadro surgem as pesquisas de Donald Pierson, *Cruz das Almas*, ou de Antônio Cândido, *Parceiros do rio Bonito*. São muitas, destacando-se ainda as de Lucila Hermann, sobre Guaratinguetá, e de Oracy Nogueira sobre Piracicaba. Um número ponderável de pesquisadores se dirigem dos Estados Unidos ao Brasil, dentre eles Donald Pierson.

Pierson em Cruz das Almas

Como professor de sociologia e antropologia social da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (na qual estudaram Florestan e Darcy Ribeiro), Pierson testou uma série de técnicas para o estudo de casos, introduzindo os *surveys*, entrevistas, cruzamento de teorias de outras disciplinas. Dirigiu, de 1945 a 1952, equipe de pesquisadores dedicados à questão urbana no Brasil, da qual participaram pesquisadores como Antônio Cândido e muitos outros. E escreveu um sólido livro sobre **Cruz das Almas**, vilarejo no interior paulista, modelar na aplicação das modernas técnicas de investigação. Seu plano ambicioso incluía outras cidades (cit. nas páginas xiv e xv).

Stein em Vassouras (RJ), “cidade morta”

O professor Stanley J. Stein, de Princeton (que frequentou São Paulo nos anos 40, na qual conheceu sua mulher Barbara, também norte-americana), tornou-se uma referência nos estudos das “cidades mortas”, por onde passou a riqueza do café. Escreveu a monografia sobre

Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900, publicado em 1957, e editado no Brasil por Caio Prado Júnior em 1962, no estilo “grandeza e decadência”. Os originais dessa obra foram discutidos por cientistas sociais, como o conhecido antropólogo Melville Herskovits. Uma obra inovadora e referencial até hoje.

Morse em São Paulo: a “cidade do futuro”

Nesse contexto, para o caso de São Paulo, Richard M. Morse escreveu a monografia *From community to metropolis*. Biografia de São Paulo, resultado de uma pesquisa efetuada em 1947-48, por encomenda do Departamento de Estado norte-americano, foi publicada em 1954 pela Comissão do IV Centenário da Cidade. Interlocutor de Luís Saia, Sérgio Buarque, Cruz Costa, Caio Prado, Antônio Cândido e Florestan, Morse dedicou seu livro à cidade e à memória de Mário de Andrade. Uma nova edição revista e ampliada aparece em 1970, com apresentação de Maria Sylvania de Carvalho Franco (ela própria estudiosa de Guaratinguetá no século 19), sob o título *Formação histórica de São Paulo*.

Conclusão parcial

O que representavam esses estudos sobre cidades? De modo direto ou indireto, essas pesquisas originais, rompendo com a retórica e o modo amadorístico de fazer-se ciência e produzir conhecimento, incidiam na questão das **resistências à mudança**. O país ensaiava a passagem do modelo agroexportador para o de substituição das importações, e a sociedade urbano-industrial se ativava, demandando a modernização das outras esferas da vida socioeconômica e política. As pesquisas e estudos revelam uma séria preocupação com métodos e técnicas na coleta de dados e na interpretação não apenas dos “fatos”, mas dos processos. É nesse contexto que – para darmos o exemplo de uma obra que se tornou clássica – o mineiro Vítor Nunes Leal esmiúça o sistema político eleitoral vigente, em *Coronelismo, enxada e voto* (1948), mostrando a persistência de normas, hábitos e mecanismos políticos de raiz colonial e imperial no processo eleitoral.

O foco priorizado nessas pesquisas é o das **cidades**. Nos anos subseqüentes à Segunda Guerra Mundial, na etapa histórica que se anunciava, quais seriam seus problemas, comportamentos, novas demandas? Tais questões surgiram também em outras regiões da América

Latina: a metropolização de Buenos Aires, Cidade do México e algumas outras trouxe consigo o problema dos transportes, de infra-estrutura, da violência, da habitação (para o qual os governos populistas agiram quase sempre dentro de suas vocações, com soluções de arremedo).

A **cidade** passa decididamente a representar o pólo progressista, de atualização da sociedade. O mundo agrário continua abrigando os setores mais conservadores e retrógrados, ainda preso nas estruturas geradas ao longo da colônia e do Império. No Brasil, ainda que “depurados” após a Constituição de 1946, de modo geral os partidos políticos traduzem essa dicotomia: o PSD mais conservador, o PTB mais progressista e a UDN funcionando como dissidência modernizadora de uma elite já urbanizada.

A dicotomia cidade-campo está criada, os “dois Brasis” nascendo daí. O mundo agrário *versus* urbano, a cidade *versus* campo, o Sul *versus* Norte/Nordeste, a indústria *versus* agricultura, o moderno *versus* arcaico. Os *Dois Brasis*, obra de Jacques Lambert, consagraria, em linguagem atualizada, essa divisão (a primeira versão apareceu em francês, *Le Brésil. Structure sociale et institutions politiques*. Paris, Colin, 1953; no primeiro capítulo, retoma brevemente a comparação entre a América espanhola e a América portuguesa).

Essa visão foi amenizada por um outro livro de grande divulgação, *Brasil, terra de contrastes* (1957 em francês e 1959 em português), de Roger Bastide, o qual, tendo vivido na recém-criada Faculdade de Filosofia da USP de 1937 a 1954, pode ser considerado o criador da escola sociológica de São Paulo. Além de examinar sucintamente a formação histórica do Brasil, desce ao estudo de cada região para terminar se detendo nas duas capitais principais: Rio de Janeiro e São Paulo. E conclui com análise da inserção do “Brasil dentro do mundo”, vislumbrando seu possível papel como ponte entre três continentes: o europeu, o africano e o americano.

3. Consciência de subdesenvolvimento e sua superação. Em busca da maioria (1954-1974)

Na passagem dos 50 para os 60, enquanto na Península Ibérica, imersa nos regimes fascistas paralisantes, o quadro é de estagnação geral, em contrapartida assiste-se, nos países da América Latina, a uma série de acontecimentos que

aceleram o processo histórico. No auge da Guerra Fria, os confrontos entre Estados Unidos e União Soviética agudizam a discussão sobre os padrões civilizatórios desejáveis ou negados. Com a Revolução Cubana (1959) e a Revolução Argelina, na África (1962), dá-se o toque de alerta para as transformações que os países de passado colonial, ou ainda colonizados, aguardavam. Nos movimentos de descolonização, hipóteses de construção da cidade nova para o “homem novo” são desenhadas.

A construção de Brasília indica que a utopia pode ser alcançada, Niemeyer e Lucio Costa assumindo posição de destaque nessa discussão internacional e nacional. No Brasil, o clima é de mobilização para as Reformas de Base (do regime de propriedade, da educação, da saúde, da habitação), com o país vivendo movimentos no campo, como as Ligas Camponesas, e na educação (as campanhas em prol da escola pública e da alfabetização se intensificam; a ação de Paulo Freire está em seus primórdios). As poucas escolas, (mais) de arquitetura (que de) urbanismo, mobilizam seus quadros, enquanto geógrafos, historiadores e sociólogos redirecionam seus temas e métodos de investigação.

Na América Latina, de modo geral, transita-se da **consciência amena de atraso**, nos anos 30-40, para a **consciência de subdesenvolvimento** nos anos 50-60. E, desta, bloqueadas a reforma e a revolução, para a de **dependência**, sobretudo após 64.

Apesar da ditadura implantada em 1964 – ou talvez até por sua causa – e da imersão de boa parte do subcontinente em regimes autoritários, a **questão urbana** se torna primordial. Sem preocupação de arrolamento, alguns trabalhos e pesquisas ajudam a sinalizar os rumos tomados pela historiografia, e pelas ciências humanas em geral, naquela fase crítica de reorganização mundial e também das nações latino-americanas e do Caribe.

Os **estudos urbanos** adquirem maioridade nessas partes do Novo Mundo, e aqui os historiadores da cultura têm um papel importante. Nas reuniões da Cepal ou da Unesco, nos congressos de cientistas sociais ou economistas, a problemática da urbanização e do urbanismo estão em pauta. A ação e a presença e os trabalhos concretos de arquitetos e urbanistas, no cenário nacional e em congressos internacionais, também ajudam a localizar temas e problemas anteriormente tratados por

profissionais de outros ramos do conhecimento, ou técnicos do Estado ou administradores de empresas. Também a história regional produz alguma coisa, como se vê em Jean Roche, *Porto Alegre, metrópole do Brasil regional*, *Boletim Paulista de Geografia* (n. 19, 1955), Laudelino Medeiros, *O processo de urbanização no Rio Grande do Sul* (P. Alegre, UFRS, 1959).

Muitos desses trabalhos são de altíssimo nível, procurando a compreensão do fenômeno urbano, tanto no **contexto histórico** como em suas múltiplas dimensões. Destacam-se Pedro Pinchas Geiger com seus estudos sobre rede urbana e urbanização e, dentre eles, *Evolução da rede urbana brasileira* (RJ, CBPE, 1963, e, com Fany Davidovich, Aspectos do fato urbano no Brasil (*Revista Brasileira de Geografia*, 13-2, 1961).

É o caso da obra coletiva, coordenada por Bertram Hutchinson, com a colaboração de Carolina Martuscelli Bori, Juarez Lopes e Carlos Castaldi, *Mobilidade e trabalho. Um estudo na cidade de São Paulo* (RJ, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960). E apenas de Hutchinson, “The migrant population of urban Brazil”, em *América Latina* (6-2, 1963).

Em 1960, é de Florestan Fernandes o livro que inaugura a prestigiosa coleção Corpo e Alma do Brasil, *Mudanças sociais no Brasil* (SP, Difusão Européia do Livro, 1960), em especial o estudo “Aspectos da evolução social de São Paulo”. E de Manuel Diégues Júnior, *Imigração, urbanização, industrialização* (RJ, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964) e *Regiões culturais do Brasil* (RJ, CBPE, 1960).

Dessa constelação, o já citado Paul Singer será quem melhor se dedicará à temática da urbanização, tendo escrito obra fundamental: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana* (SP, CEN/Edusp, 1968), e teorizado em *Economia política da urbanização* (SP, Brasiliense, Edições CEBRAP, 1973). É dele, com Fernando Henrique Cardoso, *A cidade e o campo* (SP, *Cadernos CEBRAP*, n. 7, 1972).

Nota-se que em 1960 começam a ser descobertas e melhor estudadas as “periferias” urbanas. José Arthur Rios coordena um trabalho sobre “Aspectos humanos da favela carioca”, publicado em dois suplementos especiais de *O Estado de S. Paulo* (13 e 15 de abril de 1960). Tais estudos irão se multiplicar com o crescimento dos “pobres”, “marginais”, “marginalizados”, “excluídos”, “sem-teto”, segundo os nomes que a cidade dos não-

excluídos vai dando a essas pessoas que não se integram em sua urbe. Significativo será, nos anos 80, o trabalho de Boaventura de Sousa Santos, que viveu em uma favela carioca e “descobriu” outros conceitos de lei, de moral e de cidade. (Ver, por exemplo, seu livro editado pela Cambridge University Press).

Atualizando os estudos sobre o campo/cidade, o geógrafo-historiador Manuel Correia de Andrade publica *A Terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1963. (Prefácio de Caio Prado Júnior; ver espec. seu brilhante e esclarecedor capítulo I, Conceito de Nordeste). Mais tarde, em 1979, o geógrafo-historiador publicará uma monografia exemplar sobre *Recife: Problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida* (Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1979).

Obra coletiva importante sobre São Paulo é *São Paulo. Espírito, povo, instituições* (SP, Livraria Pioneira Editora, 1968), com estudos que incluem Gilberto Freyre (“São Paulo e a unidade brasileira”) ao de Florestan, sobre “O negro em São Paulo”. (Deste, o clássico *Integração do negro na sociedade de classes*, 2 vol., tese de cátedra na USP, publicada em 1965 pela Dominus/Edusp, é, na verdade, uma história da formação da sociedade de classes em São Paulo, abrangendo o período 1850-1950). Ressaltem-se ainda os capítulos de Aziz Ab'Saber sobre a geografia (do chão ao clima e às águas), e o estudo de Pasquale Petrone, “A vida urbana paulista”.

São dessa época também as pesquisas que resultariam no livro modelar de Warren Dean, *A luta pela industrialização de São Paulo, 1880-1945* (SP, Difusão Européia do Livro, 1971).

Nos estudos históricos, abre-se um espaço para a cidade, ou melhor, para a história urbana propriamente dita. Sérgio Buarque de Holanda (Org.), *História geral da civilização brasileira*, SP, DEL, 1960-1972 (7 vols.). E também Emília Viotti da Costa, “Urbanização no Brasil no século XIX”, comunicação apresentada à Conferência “Comparative Issues and Problems of Urbanization in Latin America”, promovida pelo Center for Latin American Studies, University of Wisconsin, Millwakee, 1970, publicada em português em seu *Da Monarquia à República* (SP, Editora Unesp, 1999). E no campo da geografia, mais aberta desde sempre para essa problemática, cite-se Aroldo de Azevedo (Org.) – *A cidade de São Paulo* (SP, Cia. Editora Nacional,

1958, 4 vol.) e *Brasil* (SP, CEN, 1964 e 1970, 2 vol.).

Dos anos 60 é o denso verbete “Cidade”, de autoria do notável geógrafo português Orlando Ribeiro (no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Porto, Ed. Figueirinhas, vol. II, p. 66). Dele também o *Geografia e civilização. Temas portugueses*. Lisboa, 1961. O próprio dicionário citado, que atesta maioridade historiográfica em Portugal, é a referência principal, riquíssimo para uma sistematização bibliográfica e para o estudo da cidade no mundo luso-afro-asiático-americano-português, escritos por autores do nível de Orlando Ribeiro, Costa Lobo, Vitorino Magalhães Godinho, Charles Boxer, Jaime Cortesão e muitos outros desse nível. (Ao final de cada verbete há uma bibliografia básica, e indicações de verbetes correlatos.)

No exterior, Philip Hauser publica *L'Urbanisation en Amérique Latine* (Paris, Unesco, 1962). Também o combativo Irving L. Horowitz, *Urban politics in Latin America* (Louisiana, Washington University, 1965) e Kalman Silvert, em *The conflict society: Reaction and revolution in Latin America* (N. Orleans, The Hauser Press, 1961) preocupam-se com as turbulências dessa transição de um quadro de subdesenvolvimento para o de desenvolvimento com participação, quando menos da cidadania democrático-liberal. Transição, como se viu, que não desembocou em um modelo democrático-burguês de participação, nem para uma ordem socialista ou liberal-reformista, e muito menos social-democrática, mas para um **modelo autocrático-burguês** de sociedade, como concluiu Florestan Fernandes em seu seminal *A revolução burguesa no Brasil* (RJ, Zahar, 1975).

Morse rides again

Mas foi Richard Morse quem melhor levantou pistas para estudos comparados na América Latina. Dentre seus estudos e artigos, destaca-se: *La investigación urbana en Latinoamérica: Tendencias y planteos*. Buenos Aires: Edc. SIAP, 1973.

Introducción a la historia urbana de Hispanoamérica. Madri: CSIC, 1975, p. 9-53.

Escreveu e organizou também obras em colaboração:

Ensayos histórico-sociales sobre urbanization en America Latina. Buenos Aires: SIAP, 1978 (com J. E. Hardoy e L. P. Schaedel).

Nuevas perspectivas en los estudios sobre historia urbana de Latinoamérica. Buenos Aires: Grupo Editor de America Latina, 1989 (com J. E. Hardoy).

E ainda:

"The Heritage of Latin America", em Louis Hart (Org.), *The Founding of New Societies*. Studies in the History of the United States, Latin America, South Africa and Australia. Nova York, Harcourt, Brace & World, Inc., 1964 (p. 123-177);

"Recent Research on Latin American Urbanization: Selective Survey with Commentary", separata da *Latin American Research Review* (I-1, 1965, p. 35-74) e "A Prolegomenon to Latin American Urban History", (LII-3, agosto de 1972, p. 359-394).

Como partes e desenvolvimentos de seus livros, Morse escreveu artigos também para *Inter-American Economic Affairs*, *Hispanic American Historical Review* e outras publicações prestigiosas.

Hardoy e os estudos urbanos

Morse encontrou uma parceria ideal na pessoa do argentino Jorge Hardoy. Com efeito, na América Latina avultam os estudos de J. E. Hardoy, que merece capítulo à parte. Mantinha ele uma rede de contatos em toda a América Latina. Em São Paulo, o arquiteto e historiador da urbanização Nestor Goulart Reis, a quem chamava de "le sage Nestor" Hardoy produziu muito, a partir de seu pequeno e produtivo centro de estudos urbanos, que mantinha em Buenos Aires, o famoso CEURB (Centro de Estudios Urbanos). Dentre seus escritos e estudos, citem-se: HARDY, J. E. 2000 años de urbanización en América Latina, em *El proceso de urbanización en A. Latina*. Buenos Aires: Ed. T. di Tella, 1968. HARDY, J. E. *Las ciudades de América Latina. Seis ensayos sobre la urbanización contemporánea*. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1973. HARDY, J. E. La forma de las ciudades coloniales en Hispanoamérica. *Rev. Internacional de Arquitectura*, n. 5, año II, Florencia, 1975. HARDY, J. E.; MORSE R.; Schaedel R. *Ensayo histórico-sociales sobre la urbanización en América Latina*. Buenos Aires: Ed. Siap, 1978. HARDY, J. E. *Repensando la ciudad de América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor de América Latina, 1983. HARDY, J. E. Notas sobre el abandono de los centros históricos de America Latina. *História y futuro de la ciudad iberoamericana*. Madri, 1986.

HARDY, J. E. Urbanismo colonial en A. Latina en el siglo XVI, *De Teotihuacán a Brasilia*. Madri: I. E. A. L., 1987.

HARDY, J. E. Las ciudades de América Latina a partir de 1990, *La Ciudad Hispanoamericana*. Madri: CEHOPU, 1989.

HARDY, J. E.; MORSE, R. *Nuevas perspectivas en los estudios sobre historia urbana de Latinoamérica*. Buenos Aires: Grupo Editor de América Latina, 1989.

HARDY, J. E. El futuro de la ciudad de América Latina. Ponencia al *V Congreso Iberoamericano de Urbanismo*, Valencia, 1992.

Obra de referência obrigatória é sua *Cartografia urbana colonial de America Latina y el Caribe* (Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1991, 510 p.). Obra similar, aliás de um seu interlocutor, é o impactante livro de Nestor Goulart Reis, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, com a colaboração de Paulo Bruna e Beatriz Siqueira Bueno (SP, Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2000). Os dois volumes, se bem analisados, constituem um marco decisivo na evolução dos estudos sobre a urbanização, permitindo agora (e finalmente) uma análise comparada com o processo de urbanização da América hispânica. Registra-se, aqui, a proposta para um seminário internacional em que se avalie o significado dessa obra maior nos estudos da cidade ibero-americana.

Mas quem foi Jorge E. Hardoy? Formado em arquitetura em 1950 na Universidade de Buenos Aires, obteve os títulos de mestrado e doutorado em planejamento regional e urbano na Universidade de Harvard. Foi *fellow* da Fundação Guggenheim em 1961 e 1968 e *senior fellow* do International Research Center do Canadá em 1976. Entre 1984 e 1988 foi membro da Junta Directora do Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo. Foi também presidente da Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP) entre 1966 e 1970. Lecionou Planejamento Regional na Universidade de Rosário, na Argentina, entre 1956 e 1965, e na Universidade de Yale em 1970 e 1971. Entre seus livros mais recentes figuram *Shelter: need and response*, Chichester, John Wiley and Sons, 1981; *Small and intermediate centre. Their role in national and regional development in the Third World*, Londres, Hodder ad Stoughton, Londres, 1986; *Squatter citizens. Life in the Urban Third World*, Londres, Earthscan Publications, 1990, em colaboração com David Satterthwaite. Entre 1980

e 1984 escreveu uma série de livros, em colaboração com Mario dos Santos para o Projeto de Desenvolvimento Cultural da Unesco y o PNUD com os títulos de *Impacto da urbanização nos centros históricos da América Latina*, *O centro histórico de Cuzco* e *O centro histórico de Quito*.

4. O modelo autocrático-burguês (1974-2002). Das ditaduras ao modelo neoliberal

No último quartel do século 20, o mundo ibero-americano assiste à articulação de um poderoso modelo de organização econômico-social, no qual as cidades perdem suas funções históricas tradicionais, passando a ter funções mais especializadas enquanto de *locus* da exploração intensiva da mais-valia. A distinguir o que se passou na Espanha e Portugal, dos regimes fascistas para democracias liberal-democráticas com forte preocupação planejadora de revitalização urbana, do que vem ocorrendo nas cidades da América Latina, em que a pauperização separa os “excluídos” da sociedade civil, que se rearticula após a saída das ditaduras e da massificação brutalizante do neoliberalismo.

Nesse modelo, massificação, metropolização e pauperização reforçaram os laços de dependência do capitalismo mundial. A nova divisão internacional do trabalho, a reorganização dos blocos supranacionais, o enfraquecimento dos Estados nacionais, obrigando à flexibilização e terceirização de serviços, amesquinham o trabalho e a própria idéia de cidadania e de cidade.

O espaço do cidadão e da cidade passam a ter valor enquanto mão-de-obra em contextos histórico-culturais dessocializados. A “neutralidade” dessas operações conduzem ao esvaziamento de conceitos que possuíam não valor de uso ou de troca, mas conferiam significado à ação coletiva, no sentido de controlarem as relações de produção em benefício do mundo do trabalho. Isso está sendo liquidado, e com isso a própria idéia de cidade.

Os estudos e reflexões de Milton Santos adquirem significado no diagnóstico da crise urbana dessa etapa histórica, a ser estudada em detalhe em pesquisas que vão definindo o significado desse novo período. Dentre seus livros: *Fim de século e globalização* (M. Santos et al, SP, Hucitec, 1993), *Urbanização brasileira* (SP, Hucitec, 1993) e *Espaço e método* (SP, Nobel, 1992), além da coletânea de estudos sob

sua coordenação e de Maria Adélia de Souza, *A construção do espaço* (SP, Nobel, 1986).

5. Metropolização, massificação e dependência

A título de indicação, os estudos dessa nova etapa sugerem grande atenção aos sentidos da verticalização. Vem ocorrendo a perda, mas também a reconquista de sentido da vida socializada, como apontam os estudos de Maria Adélia de Souza, *Identidade da metrópole. A verticalização de São Paulo* (SP, USP, 1989) e, mais recente, de Nadia Somekh, *A cidade vertical e o urbanismo modernizador* (SP, Edusp/Nobel/Fapesp, 1997).

Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República do Brasil, em 2002, criou-se o Ministério das Cidades, para enfrentamento dessa problemática aguda, sobretudo nos grandes centros.

Para a compreensão dessa nova etapa, há de considerar-se a existência de tempos históricos superpostos, combinados e/ou antagônicos. Estudos comparativos passam agora a adquirir pleno significado e importância, para que deles derivem a adoção de novos paradigmas na execução de políticas públicas com objetivos efetivamente sociais e democráticos, pelos governos eleitos após a vaga neoliberal que assolou o mundo ibero-americano, os quais instalaram como critério a massificação exacerbada e a cultura do marketing no cerne do sistema de valores dessa ordem capitalista periférica.

Nesses estudos comparativos, uma visão de conjunto, como a de Ramón Gutierrez, *Arquitetura y urbanismo en iberoamerica* (Madri, Ediciones Cátedra, 1997), também se torna referencial, solicitando reuniões transdisciplinares e seminários internacionais (como as obras de Romero, Morse, Hardoy e Segre) para a crítica que deve acompanhar um futuro mapeamento mais detalhado e sistemático. A extensão e complexidade do **mundo ibero-americano** (a ser, repita-se, mapeado, definido e conceituado com maior precisão) sugere que tal trabalho coletivo demandará ainda algum tempo.

Para analisar e discutir alguns desdobramentos dessa historiografia tão abrangente é que, a partir deste ano de 2005, vem se articulando no Instituto de Estudos Avançados da USP o grupo de estudos sobre a cidade contemporânea no mundo ibero-

americano: História, urbanização, metropolização (cgsmota@terra.com.br).

PARA CONCLUIR

Estudos mais recentes, com forte conteúdo histórico e mesmo historiográfico, continuam a levantar novas perspectivas e hipóteses, ampliando notavelmente o campo, demandando maior atenção e mais pesquisas por parte dos investigadores, para que se possa estruturar melhor uma periodização da historiografia da urbanização, em que estejam indicados os momentos decisivos de construção desse campo do saber. O que importa notar, por ora, é que tais estudos põem em relevo a vitalidade e complexidade do atual momento de **redefinição de paradigmas**.

Nessa medida, uma **periodização** dessa natureza e porte, que dê conta das **especificidades do mundo ibero-americano** (resguardadas suas **diferenças e similitudes** internas, que variaram bastante do século 16 aos nossos dias, nos dois lados do Atlântico), demanda a fixação de critérios de base, prévios, por parte dos pesquisadores dos vários quadrantes, escolas e centros de investigação envolvidos. Dessa forma, o presente trabalho representa apenas um balão-de-ensaio, início, para nós, de uma longa jornada.

Nada obstante, nesse amplo universo, além das obras referenciais já mencionadas, vêm sendo publicados, atualmente, alguns estudos marcados pela reflexão historiográfica. Citemos como exemplo o de Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O urbanismo português. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil* (Lisboa, Livros Horizonte, 1999. Prefácio de Benedito Lima de Toledo). Em suas palavras:

“Após a formação da nacionalidade se verificaram quatro fases de urbanização fundamentais em Portugal, que são também momentos importantes da estruturação da rede urbana portuguesa: o século XIII e princípio do XIV, correspondendo à plena ocupação do território nacional e à construção de cidades medievais planeadas segundo modelos regulares; os séculos XV e XVI, que correspondem às primeiras experiências de urbanização fora do território continental e ao desenvolvimento dos primeiros traçados urbanos de influência renascentista; o século XVII, correspondendo ao

período filipino e à Restauração, que se expressa na crescente aplicação de traçados regulares, fundamentalmente no Brasil, e em Portugal, após a Restauração, na reestruturação das malhas urbanas de cidades fortificadas, de acordo com regras de eficácia militar. O século XVIII é a plena expressão dos princípios iluministas nos traçados geométricos pombalinos, quer em Portugal quer no Brasil. Estas vão ser as nossas referências fundamentais.” (p. 24)

Outro estudo referencial é o de Paulo F. Santos, *Formação de cidades no período colonial* (RJ, Editora UFRJ, 2001), apresentado, inicialmente, ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em Coimbra, em 1968. Trata-se de obra madura, que responde à problemática tratada por Sérgio Buarque de Holanda em 1936.

Dividida em duas partes (“Raízes Históricas” e “Classificação das Cidades do Brasil”), na primeira estuda a passagem da cidade informal à cidade regular, examinando as matrizes muçulmana e cristã até a configuração urbana do Renascimento. Analisa, em seguida, as cidades de colonização hispânica (comparando Europa e América, e examinando as “Leyes de Indias”) e as cidades de colonização portuguesa (principalmente as do Brasil). Nesse capítulo, estuda a política portuguesa, no tocante à criação de cidades a partir de exemplos típicos, e a evolução dos traçados de cidades e vilas, detendo-se na regularidade dos traçados e nas praças.

Na segunda parte, formula uma classificação das cidades, entendidas como cidades de afirmação de posse e defesa da costa: partindo das feitorias, das duas primeiras vilas (S. Vicente e Piratininga) e de uma casa-forte do Rio de Janeiro, até a conceituação das vilas (S. Vicente, Olinda, Vitória e outras) no período das capitânicas hereditárias, concluindo com a instalação do Governo Geral, quando há um esforço sistemático de defesa da costa, que acabaria por protegê-la toda, do extremo norte ao extremo sul. Para além das fontes tradicionais, ressalte-se a nova leitura inteligente que faz das obras dos clássicos Charles R. Boxer, Richard Morse e Robert Smith.

Na apresentação a essa obra, o professor Murilo Marx, da USP, nota a importância da trajetória desse estudioso que vem da antiga Universidade do Brasil, associando sua pesquisa à atividade preservacionista: inicialmente,

preocupou-se com a arquitetura religiosa em Ouro Preto (seu doutorado), depois com a história carioca (*Quatro séculos de arquitetura*) e agora com a formação das cidades no Brasil colonial. Observa Murilo Marx que, como arquiteto, Paulo F. Santos faz sensível e articulada análise da questão central desse texto, que é o traçado urbano. Como tal, seu estudo é pioneiro e veio – uma geração depois – responder à provocação de Sérgio Buarque de Holanda (p. 11).

Mas a análise de Murilo Marx vai além, ao registrar as inflexões e nuances nos estudos sobre o espaço urbano. Para os séculos 16, 17 e 18 há farta escrita em várias línguas, porém poucos registros iconográficos. Cita, em particular, François Amédée Frézier, que compara os principais portos do Brasil com os da América hispânica, e, além disso, traz excelentes imagens. Não se esquece de mencionar Saint-Hilaire, Spix e Martius, Debret, Rugendas ou Frond, os quais trazem informações – “*com certo espírito corográfico*”, diz Marx – sobre as maiores ocupações do Reino Unido e do Primeiro Reinado. Nota Murilo Marx que somente no Oitocentos é que “*a observação centrada nos próprios núcleos urbanos e o ensaio de análise se insinuam*”. E cita o engenheiro francês Vauthier, o qual vem renovar, no Recife, as concepções sobre o público e o privado, fazendo balanço das formas de morar e de construir. Sobre ele, recorde-se que Gilberto Freyre escreveu o excelente *Um engenheiro francês no Brasil*.

Tardiamente, na passagem para o século 20, é que surgem brasileiros como técnicos ou estudiosos preocupados em examinar as formações urbanas tradicionais como produtos históricos, com vista a transformá-las. É o caso de Teodoro Sampaio e de Saturnino de Brito. Agora há trabalho de campo e de gabinete, diz Murilo Marx, conhecimento de canteiro e exercício na prancheta “*que iniciam a análise das características espaciais locais e ousam as primeiras interpretações de suas bases e significados*”. Momento fundador, portanto, quando uma nova atitude se afirma no cenário nacional:

“Logo mais”, conclui Marx, “*em outro surto de modernização, espoucam as primeiras visões críticas e abrangentes de nossas peculiaridades citadinas. São visões de diversas áreas do conhecimento, incluindo a nova do ‘urbanismo.’*” (p. 9)

Essa nova visão do urbanismo citada por Murilo Marx é adensada por professores estrangeiros, que vieram participar de nossas instituições universitárias. Dentre eles, citem-se Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Roger Bastide, trabalhando no Brasil. Fora do Brasil, já citados, o inglês Charles R. Boxer, com notável contribuição para o estudo das Câmaras no império colonial português, e os norte-americanos Richard M. Morse, o qual escreveu o estudo inaugural sobre São Paulo em 1954, e Robert C. Smith. Mas devemos incluir também os nomes de Claude Lévy-Strauss (seu capítulo sobre São Paulo nos *Tristes trópicos* é antológico) e também o de Jean Maugüé, *Les dents agacés* (suas pouco conhecidas memórias dos anos 30, escritas nos anos 50), sem esquecermos dos artigos de Fernand Braudel sobre Salvador.

Importante para este nosso estudo preliminar é o comentário que Murilo Marx faz sobre os ibéricos e **ibero-americanos** (ele é um dos poucos autores que se referem explicitamente a essa comunidade). Foram esses, segundo pensa, os primeiros a focalizarem a cidade no Brasil a partir da história da arte e da arquitetura: mais especificamente, Miguel Solá e Mario Buschiazzo, argentinos. E completa:

“*Multiplicam-se nossos vizinhos que, em estudos de suas respectivas realidades e da comum, relanceiam esta banda oriental e acusam nossas peculiaridades. Destaque-se a contribuição de Jorge E. Hardoy. Os espanhóis Angulo Iñiguez e, mais tarde, Torres Balbas e Chueca Goitia enriquecem esta atenção com o espaço físico da cidade dos dois lados do Atlântico. São referenciais o levantamento iconográfico exaustivo para o ultramar português de Luís Silveira e a análise inaugural de Mário T. Chicó sobre suas contradições.*” (p. 10)

Do lado brasileiro, como vimos, o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), que pôs o tema da urbanização na colonização portuguesa em pauta, em um esforço de comparação com a colonização espanhola. “*Provocação que até hoje fertiliza a busca do entendimento de nossas características espaciais urbanas*”. Nessa linha de discussão se situa a obra de Eugenio García Zarza, *La ciudad en cuadrícula o hispanoamericana. Origen, evolución y situación actual* (Salamanca, Instituto de Estudios de Iberoamérica y Portugal, Universidad de Salamanca, 1996).

Sinalizando o nascimento de uma historiografia, e quem observa é ainda Murilo Marx, outros trabalhos ajudaram a adensar essa nova visão do urbano:

“Depois de Caio Prado Júnior e Rubens Borba de Moraes em São Paulo, de Plínio Salgado no exílio, muitos outros estudos despontam, de cunho mais geral, regional ou específico, como os de Donato Melo Júnior e Paulo Tedim Barreto para o Norte, Liberal de Castro, Josué de Castro e José Luís Mota Menezes, Diógenes Rebouças e Milton Santos no Nordeste, Zoroastro Viana Passos e Silvio de Vasconcelos, Augusto Carlos da Silva Teles para o Sudeste e Francisco Riopardense de Macedo no Sul. Entre tantos, lembre-se Aroldo de Azevedo com o levantamento de nossas vilas e cidades coloniais, Francisco de Paula Dias de Andrade, considerando a legislação e nossa conformação citadina e Nestor Goulart Reis Filho com visão abrangente de nossos processos, redes e caracteres urbanos.” (p. 10)

Para finalizar, a historiografia vem se enriquecendo, e muito. No Brasil, estudo recente, denso e inovador na historiografia da urbanização é *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo* (SP, Senac, 2002), de Cândido Malta Campos Neto.

Percorrendo um largo percurso no arco do tempo, desde a passagem do Império à República até meados da década de 40, nele se examina com rigor, densidade e sofisticação a gama de estratégias, políticas e ideologias de intervenção na construção de São Paulo naquelas décadas decisivas. E, manejando aguda crítica ideológica, projeta-nos, nas considerações finais de seu livro, a partir de cuidadas análises histórico-culturais e político-urbanísticas, para o tempo presente, obrigando-nos a pensar o que fizemos da cidade paulistana. A refletir sobre nossa machucada contemporaneidade. Em uma cidade que se supõe “de ponta”, ele convida o leitor a pensar nos caminhos e opções propostas, acenadas ou impostas por vanguardas nem sempre atuais, ciclotímicas, que operam quase sempre de modo espasmódico.

Cândido Malta Campos Neto, em uma linguagem cultivada, direta, precisa, fornece elementos para se compreender a cidade de São Paulo contemporânea, a partir de uma combinação hábil de diversos conceitos histórico-culturais. Dentre eles, os de “modernização”, de urbanismo e de políticas públicas – e de suas

limitações, ambigüidades e contradições. Conceitos que, em São Paulo, foram (e por vezes continuam a ser) aplicados nas sucessivas tentativas de compagnar-se a história da cidade com a do mundo. Nessa longa história, em meio a tantos reais talentos, interesses, grupos, *coteries* ou “cliques” políticas, agentes econômicos e pesquisadores empenhados, sobressai, no estudo do professor Cândido Malta Campos, um grande personagem: trata-se do engenheiro Francisco Prestes Maia (1896-1965), figura pública e, diga-se, intelectualmente muito bem formada. E também nomes até agora menos evidentes ganham relevo na narrativa: Paula Souza, Victor Freire, Ulhôa Cintra, Anhaia Mello, Goffredo Telles, Henrique Dumont Villares e muitos outros.

O ponto forte do livro reside na análise, sistematização e discussão das diversas historicidades – ou **tempos históricos**, ora sobrepostos, amalgamados, ora conflitantes – da urbe paulistana. Surge daí uma nova periodização, extremamente original, que nos ajuda a pensar a cidade. Os diferentes rumos discutidos e tomados pelos construtores da cidade, as idéias e grupos os quais presidiram as intervenções que marcaram a vida urbana em seus diversos momentos, as decisões, os mecanismos de aplicação de políticas, as ideologias e idéias de cidade (o “temperamento da metrópole”, diria Richard Morse), os estamentos e as classes sociais, tudo isso vai emergindo ao longo das páginas dessa tese de doutorado, defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1999. A contextualização dos projetos de intervenção e planejamento, a discreta consideração das especificidades da história regional e nacional, a inserção dos personagens na vida pública e os resultados das sucessivas intervenções revelam essa nova etapa da historiografia da urbanização e do urbanismo da historiografia.

Em verdade, essa obra pode ser considerada uma **história da cultura**, no sentido mais amplo da expressão, dadas suas preocupações com o estudo e a crítica da(s) cidade(s) contemporânea(s). Para a feitura desse livro, o historiador-urbanista procurou nos *anais da Câmara Municipal* e em revistas clássicas elementos, praticamente, inéditos para sua tese. Nessa medida é que estudos e artigos são garimpados no *Boletim do Instituto de Engenharia*, na *Revista de Engenharia*, na *Revista Polytechnica*, na *Architectura no Brasil*, na

Revista de Engenharia Mackenzie, na Urbanismo e Viação, na Revista do Arquivo Municipal, dentre tantas publicações já existentes naquela época, trazendo pela ótica adotada novas perspectivas para a temática. Com novas perguntas às fontes tradicionais, alcança os estudos mais recentes e inovadores sobre o setor de obras públicas e as origens da urbanização de São Paulo, como, por exemplo, os de José Geraldo Simões Jr., que publicou neste ano de 2005 importante estudo sobre o Anhangabaú. Nesse quadro, surpreende o leitor uma nova interpretação do papel de um personagem muito falado e pouco conhecido, Roberto Cochrane Simonsen (empresário e historiador), na construção de nossa cidade, dentre outras revisões. O autor revela estar bem situado no debate diretamente ligado à problemática da história e da historiografia de São Paulo, acompanhado em seu percurso crítico pelas discussões que o levam de Nestor Goulart Reis Filho a Cristina Leme, de Carlos Lemos a Benedito Lima de Toledo e a Nadia Somekh (a estudiosa da cidade verticalizada), dentre tantos e bons.

Do colonial e neocolonial à “pós-modernidade” periférica

Ciente da complexidade do tema, o professor-urbanista procura essa modernidade plural desde o início da República, localizando no papel do Estado, na organização da administração municipal e, logo depois, na criação do poder executivo municipal, o foco da ação urbanizadora. Nessa perspectiva, não apenas a Escola Politécnica (e nela Paula Souza), mas também Antonio Prado e Victor Freire serão, respectivamente, entidade e figuras decisivas na definição do novo perfil urbano.

A São Paulo dos bulevares, o estilo neocolonial (que voltará depois...) terão sua época, até a chegada dos anos 20, com as discussões sobre urbanidade e modernismo (“Do que precisa São Paulo?”), da expansão urbana, do código de obras, do “padrão municipal”, dos loteamentos e dos calçamentos. A avenida Anhangabaú – em 2005, o Anhangabaú ganhou estudo de José Geraldo Simões Júnior – e o perímetro de irradiação (de Ulhôa Cintra) constituem os assuntos da hora. Os da hora seguinte serão os de “confronto”, segundo o autor: surge, então, o problema energético, o tema da canalização do Tietê e o processo de verticalização (com o prédio Martinelli polarizando corações e mentes).

O momento seguinte se abre com a vinda de Le Corbusier ao Rio e a São Paulo, em 1929: *“arquitetos e urbanistas locais entram em contacto com o maior expoente do pensamento urbanístico no âmbito do Movimento Moderno”*. A modernidade urbana se transformava em tema obrigatório. Propunha-se, como diz Cândido, *“ao lado da essência nacional buscada no interior e no popular, a visão de um futuro construído ex novo, arrojado e ideal”*. A circulação de Le Corbusier por São Paulo ajuda a criar um clima nos debates sobre a cidade. Demanda-se um plano geral.

No Rio ou em Buenos Aires, ou em Havana, discute-se a nova urbe. Em São Paulo, a hora é de Prestes Maia, com suas propostas viárias, planos de desapropriação e rede de transportes. Os anos 30 serão marcados pela racionalização e organização, sob o impulso da indústria (e da ideologia industrialista). Aqui, além de Simonsen, ressaltam as figuras e as atuações do governador Armando de Salles Oliveira, um “modernizador”. Em um capítulo particularmente bem pensado e redigido, Cândido Malta Campos desvenda como Anhaia Mello, nomeado prefeito, imporá a “disciplina urbanística da Escola Politécnica”. (Os confrontos entre os “tenentes” autoritários e “esquerdistas” como João Alberto, e os defensores dos direitos dos proprietários, como Vicente Rao, do Partido Democrático, revelam o quanto as classes dominantes paulistas “sabiam” por onde passava a discussão sobre o público e o privado naquele momento...). É, aliás, nesse tempo que se inaugura a discussão entre ser prefeito “técnico” ou agir como prefeito “político”.

A partir de então, o livro alcança, a meu ver, seu ponto mais alto: a gestão de Fabio Prado, marcada pelas idéias de Anhaia Mello, definirá o novo perfil da cidade. O Departamento de Cultura terá função ideológica decisiva, agregando valores, conceitos e técnicos de grande envergadura. E a partir do Departamento de Obras, desenha-se a nova São Paulo, com impactos social e urbanístico efetivamente **modernos** – no conceito da época. Está pavimentado o caminho para o capítulo final e decisivo sobre Francisco Prestes Maia.

O autoritarismo ilustrado do urbanista Prestes Maia

O prefeito ilustrado já fora objeto de obra importantíssima na historiografia de nossa cidade, de autoria do professor Benedito Lima de Toledo

(*Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*, SP, Empresa das Artes, 1996). Mas o professor Cândido Malta Campos Neto logra oferecer uma visão política e urbanístico-cultural deveras inovadora sobre Prestes Maia, em sua ascensão autoritária, mostrando como se resguardou o legado de Fabio Prado, e desenhando com nitidez seu lugar no urbanismo estadonovista. Lugar marcado e assegurado, aliás, por uma série de intervenções que o regime ditatorial facilitava. O perímetro de irradiação, novas leis e regulamentos induzindo a verticalização da cidade, a expansão imobiliária e o rodoviário, eis os focos de sua política. Mas, com o fim do Estado Novo, uma ruidosa polêmica se instaurava, Anhaia Mello condenando os métodos autoritários adotados por Prestes Maia.

Ao final desse período, evidenciam-se os limites de nossos projetos urbanos modernos, na medida em que a racionalidade manejada pelos urbanistas era atropelada pelas injunções de um processo modernizador parcial e excludente, e a exploração da terra urbana se tornava um dos poucos campos em que coincidiam os interesses das diferentes facções dominantes.

As conclusões do historiador merecem reflexão, ao mostrar como o alcance e a permanência dessas intervenções foram

“comprometidas pelas disputas entre diferentes perspectivas transformadoras, e pelas contradições inerentes a nossos projetos modernizadores, em sua tentativa de alcançar a modernidade sem romper com as estruturas dominantes”. Muito atual, como se observa.

Nas páginas finais, em que trata dos dilemas que, nos dias de hoje, a globalização impõe a uma metrópole como São Paulo, o autor, advertindo-nos, convida-nos a pensar no quanto devemos estudar e refletir para compreendermos os projetos anteriores em seus respectivos contextos sociohistóricos, em que se buscaram rumos para o **processo de criação de espaço coletivo**. *“Na medida em que nos dispusermos a retrair esse processo, podemos abrir a possibilidade de criar outros projetos e outros rumos para a cidade.”*

Rumos para uma cidade – no caso, São Paulo, cidade que é uma síntese de múltiplas determinações, mas, em uma era de globalização, isso pode valer para todas – que já vêm cobrando cada vez mais insistentemente da universidade, de especialistas e de gente do ramo, de seus cidadãos letrados, a produção de estudos críticos. Porque há um longo caminho a percorrer, na **construção da cidade nova e da nova cidadania no mundo ibero-americano**.